

Trabalhos do
1º semestre de 2026 das

Comissões Temáticas do

Conselho de Desenvolvimento
Econômico Social Sustentável

Sumário

COMISSÃO DE DIREITOS E DEMOCRACIA.....	3
COMISSÃO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	18
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	30
COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES	48
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.....	64
ATUAÇÃO INTERNACIONAL.....	75



1 | **Comissão
de Direitos
e Democracia**



Sumário

1. RESUMO	5
2. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO CDD	6
3. CICLOS DE DIÁLOGOS	7
4. A COMISSÃO CDD NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	14
5. CONCLUSÃO	16
FICHA TÉCNICA.....	19



1. Resumo Executivo

A Comissão de Direito e Democracia (CDD), instalada em agosto de 2023, consolidou no primeiro semestre de 2026 uma agenda estratégica voltada ao fortalecimento da democracia, da soberania nacional e do acesso a direitos para uma cidadania plena. Apesar das mudanças ministeriais decorrentes do contexto eleitoral, a Comissão manteve estabilidade interna e assegurou a continuidade das ações planejadas, reafirmando seu papel como espaço de articulação entre governo e sociedade civil.

A atuação da CDD se organiza em três eixos prioritários: i) Sistema de Justiça e Segurança Pública Cidadã, ii) Defesa da Democracia e Integridade da Informação, e Cidadania e iii) efetividade de direitos. Em cada um deles, foram realizados debates, palestras e diálogos estratégicos com órgãos governamentais e especialistas, resultando em propostas concretas para enfrentar desafios estruturais.

No campo da Educação, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036 trouxe à tona a necessidade de financiamento estável e governança interfederativa eficiente. As recomendações incluem a exclusão de investimentos não orçamentários do resultado primário, fortalecimento do apoio técnico a estados e municípios e valorização docente.

Em relação à Integridade da Informação e Democracia Digital, os debates destacaram a urgência de enfrentar a desinformação e estruturar uma política nacional de cibersegurança. Foram propostas medidas como a criação de um registro nacional de sistemas de inteligência artificial no setor público, regulação transparente da IA e investimentos em educação midiática.

Na área de Direitos Humanos, os conselheiros acompanharam os programas voltados às pessoas com deficiência e à população LGBTQIA+, identificando avanços, mas também fragilidades na efetividade das políticas. As recomendações enfatizam a ampliação das casas de acolhimento, a expansão de programas de geração de renda e o fortalecimento da participação social.

A pauta da Segurança Pública Cidadã foi marcada pelo enfrentamento ao feminicídio e pela busca de soluções integradas para reduzir a violência. As propostas incluem o fortalecimento das capacidades investigativas, integração entre segurança, justiça e políticas sociais, criação de indicadores nacionais e pactos específicos para proteção das mulheres.

Por fim, o tema Enfrentamento ao Antissemitismo no Brasil e aos crimes de ódio foi reconhecido como tema estratégico para a democracia. A Comissão realizou Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional. O evento ocorreu em 16 de abril de 2026, das 9h às 13h, no Palácio do Itamaraty e propôs diretrizes nacionais, elaboração de um plano integrado com foco em educação, cultura, análise de definições do termo antissemitismo e segurança, além do monitoramento digital e articulação com outras agendas de combate à discriminação.

Em síntese, o semestre reafirmou a relevância da CDD como espaço de construção de consensos e formulação de propostas estratégicas. As entregas realizadas e as recomendações consolidadas contribuem diretamente para a fase de implementação do Projeto de Nação, orientado pela defesa da democracia, da soberania e da cidadania inclusiva.

Nesse sentido, as recomendações para os eixos e temas consolidados pela CDD foram:

- Garantir financiamento estável e valorização docente na educação.
- Estruturar política nacional de integridade da informação, promoção da integridade da informação e regulação da inteligência artificial.
- Intensificar a efetividade dos programas de direitos humanos e ampliar a inclusão social.
- Fortalecer a segurança pública cidadã, fortalecimento do sistema de segurança, com informações compartilhadas, com prioridade ao enfrentamento do feminicídio.
- Implementar diretrizes nacionais contra o antissemitismo e estruturar plano integrado de prevenção.



2. Apresentação da Comissão CDD

A Comissão de Direito e Democracia (CDD) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável (CDESS) da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República foi instalada em 22 de agosto de 2023, a partir de uma reunião sediada no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na ocasião, demarcou-se o foco no aprimoramento de áreas cruciais, como o acesso a Direitos, o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o combate à desinformação e ao discurso de ódio, além da defesa e o fortalecimento das instituições, com vista ao fortalecimento da democracia e busca de uma soberania plena.

Ao longo deste primeiro semestre de 2026, os conselheiros continuaram debatendo e aprofundando os temas nos três eixos temáticos prioritários definidos:

EIXOS PRIORITÁRIOS

Eixo 1: Sistema de Justiça e Segurança Pública Cidadã

Eixo 2: Defesa da Democracia, Integridade da Informação e fortalecimento da soberania

Eixo 3: Cidadania e efetividade de direitos.

Os membros da Comissão CDD, com o mandato até maio de 2027 têm o papel de acompanhar e sugerir aperfeiçoamentos nas políticas públicas voltadas para a garantia de direitos, com vista ao fortalecimento da democracia e da soberania, bem como discutir caminhos para uma Segurança Pública Cidadã, em especial os crimes de ódio e impactos da desinformação.

2.1. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A Comissão operou com:

- reuniões plenárias;
- reuniões de coordenação;
- grupos temáticos;
- diálogos interinstitucionais com
- órgãos do Governo Federal.

2.2. DINÂMICA DO SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2026:

- foram realizadas 38 reuniões;
- houve participação de ministérios, autarquias, especialistas com os conselheiros representantes da sociedade civil;
- consolidou-se modelo de atuação baseado em articulação institucional e produção de recomendações técnicas.

2.3. CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA

- diálogo permanente com órgãos e ministérios;
- participação social ampliada;
- transversalidade temática;
- articulação entre democracia, direitos
- e desenvolvimento.



3. Ciclos de Diálogos Estratégicos

A seguir estão descritos os principais debates da Comissão de Direitos e Democracia ocorridos durante o primeiro semestre de 2026.

3.1. EDUCAÇÃO E NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No âmbito dos debates sobre democracia e acesso a direitos, a Educação foi um dos subtemas discutidos e priorizados, em virtude das discussões no Congresso Nacional em torno da aprovação do Novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036, que foi instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

Trata-se de um plano estratégico de dez anos que define diretrizes, objetivos e metas para a educação em todos os níveis e modalidades, da educação infantil à pós-graduação, vinculando União, estados e municípios à implementação das políticas educacionais.

Os debates identificaram desafios históricos:

- restrições orçamentárias;
- baixa capacidade técnica subnacional;
- fragilidade na execução e monitoramento
- de políticas educacionais.

I. Principais recomendações dos conselheiros

- exclusão de investimentos educacionais de recursos de fontes não orçamentária do resultado primário (PLP 265/2025);
- fortalecimento do apoio técnico a estados e municípios;
- integração entre financiamento, valorização docente e melhoria das carreiras;
- ampliação da governança interfederativa.

II. Participantes e convidados estratégicos

- equipes do Ministério da Educação;
- representantes da Casa Civil;
- conselheiros ligados à pauta educacional; e

- Secretário Executivo do MEC, para trazer um panorama dos principais resultados da área educacional nos últimos três anos.

III. Resultado do debate

Consolidou-se consenso de que financiamento adequado deve estar articulado ao apoio técnico para ampliar capacidade de execução e fortalecimento do processo de monitoramento das políticas públicas.

3.2. INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA DIGITAL E SOBERANIA

Os temas deste eixo tratam de questões como a desinformação, seus impactos no dia a dia dos cidadãos, nas políticas públicas e como a comunicação digital sem regulamentação adequada pode trazer prejuízos para população em geral, além de contribuir para a erosão das instituições, o enfraquecimento da democracia.

Para este tópico, foram planejadas um ciclo de palestras e organizados debates com especialistas acerca das temáticas, trazendo convidados de diversos órgãos públicos com intuito de favorecer a troca informacional entre sociedade civil e equipes técnicas responsável pelos temas no Governo Federal.

I. Diálogos Estratégicos – Tema 1: Segurança da Informação e Cibersegurança - Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República

A apresentação da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do GSI, conduzida pela Diretora Danielle Ayres, destacou a construção de uma arquitetura nacional de cibersegurança fundamentada em pilares estratégicos, cooperação multissetorial, apoio às empresas e fortalecimento da soberania digital.

Entre os principais pontos abordados durante o debate, ressaltaram-se a Estratégia Nacional de Cibersegurança – E-Ciber, suas ações futuras, as parcerias institucionais, o projeto de apoio às micro e pequenas empresas e o desenvolvimento da Mensageria Segura do Governo.

1. Comissão de Direitos e Democracia

A E-Ciber estrutura-se em quatro pilares: i) Proteção e conscientização da sociedade; ii) Segurança e resiliência de infraestruturas críticas; iii) Cooperação entre setor público e privado; e iv) Soberania nacional e governança digital.

No campo das ações futuras, foram mencionados:

- Elaboração do Plano Nacional
- de Cibersegurança;
- Proposta de criação de uma autoridade/agência nacional de cibersegurança;
- Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação na Administração Pública;
- Construção da Estratégia e do Plano Nacional de Segurança da Informação, previstos para 2026.

Quanto ao apoio às pequenas e médias empresas, destacou-se a parceria do GSI com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para investimentos em cibersegurança. O projeto integra-se ao programa Hackers do Bem, executado pela RNP com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Por fim, foi anunciado o lançamento do MSG-Gov, aplicativo de mensageria segura desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará - UFC em parceria com a ABIN. Similar ao WhatsApp, o sistema oferece criptografia ponta a ponta, é voltado à administração pública federal e tem como foco a soberania tecnológica e a proteção de comunicações sensíveis.

II. Diálogos Estratégicos. Tema 2 - Desinformação no meio digital – Advocacia Geral da União (AGU) e Secretaria de Comunicação/Subsecretaria de Políticas Digitais (SECOM)

Considerando a demanda dos Conselheiros da Comissão por um debate qualificado sobre desinformação, fraudes e regulamentação das redes sociais, foram convidados para proferir palestra sobre o tema, duas áreas do Governo Federal que tem trabalhado para enfrentar desinformação e defender a integridade da informação, com vista a fortalecer a democracia.

O primeiro órgão convidado foi a Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Nacional da Defesa da Democracia - PNDD, unidade responsável para representar a União, judicial e extrajudicialmente, em demandas e procedimentos para responder casos em relação ao enfrentamento à desinformação, especialmente as que impactam negativamente as políticas públicas. Conforme explicitado pelo Procurador, as decisões do órgão se baseiam em valores democráticos e direitos constitucionalmente garantidos, cuja proteção seja de interesse da União. Além disso, foi enfatizado que a atuação da PNDD é pautada, dentre outras garantias e direitos fundamentais, pela observância à liberdade de expressão, ao pluralismo político, à liberdade de imprensa e à pluralidade de ideias.

O Procurador apresentou exemplos da atuação do órgão, destacando o envio de notificações para remoção ou rotulagem de conteúdos desinformativos e a publicação de direitos de resposta diante de informações falsas divulgadas em redes sociais e veículos de comunicação. Também foram mencionadas providências relacionadas a campanhas de fake news que associavam a vacina contra a Covid-19 ao risco de contrair HIV, além de boatos que dificultaram o acesso das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul à ajuda emergencial. Nesse contexto, foi ressaltado que 88,2% das notificações extrajudiciais encaminhadas pela PNDD às plataformas digitais foram atendidas, integral ou parcialmente, resultando na retirada ou adequação dos conteúdos questionados. O Procurador enfatizou ainda que a desinformação impacta diretamente as políticas públicas, prejudicando o acesso da população mais vulnerável a direitos sociais garantidos em lei e impondo ao Estado brasileiro o desafio de respostas mais firmes. Por isso, destacou a relevância do trabalho contínuo da Procuradoria em articulação com outros órgãos.

Para o representante da PNDD, embora os relevantes avanços obtidos com a recente decisão do STF reafirmando deveres e responsabilidades de plataformas digitais no âmbito do Marco Civil da Internet, e a aprovação do ECA digital, esses marcos legais são insuficientes para combater o problema da desinformação nas plataformas digitais, e novos passos precisam ser dados.

O segundo órgão convidado foi a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Presidência da República, por meio da Secretaria de Políticas Digitais, sendo representado pela Secretária Adjunta de Políticas Digitais, Senhora Nina Santos, que abordou os principais desafios e diretrizes da transformação digital no âmbito das políticas públicas, com ênfase no uso estratégico da tecnologia para o fortalecimento da democracia, da inclusão social e da capacidade do Estado em responder às demandas da sociedade.

Foram debatidos:

- impactos da desinformação sobre políticas públicas;
- responsabilidade das plataformas digitais;
- transparência algorítmica;
- integridade da informação; e
- inteligência artificial e democracia.

Durante a apresentação, foram destacados os eixos estruturantes da política digital, incluindo a ampliação do acesso às tecnologias, a promoção da cidadania digital, a proteção de dados pessoais, a ética no uso da inteligência artificial e o fortalecimento da governança digital no setor público. A Secretária ressaltou que a digitalização deve estar orientada pelo interesse público, com foco na redução de desigualdades e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Outro ponto central foi o papel da inteligência artificial e das novas tecnologias como ferramentas de apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desde que utilizadas com transparência, responsabilidade e respeito aos direitos fundamentais. Nesse contexto, enfatizou-se a necessidade de marcos regulatórios adequados, capacitação das equipes públicas e articulação interinstitucional.

A palestra também evidenciou a importância da integração entre políticas digitais e agendas sociais, como segurança pública, educação, saúde e enfrentamento às violências, destacando o potencial das soluções digitais para aprimorar a prevenção, o monitoramento e a resposta do Estado a problemas complexos.

Por fim, a Secretária Adjunta reforçou o compromisso do governo com uma transformação digital inclusiva, segura e sustentável, baseada na cooperação entre governo, sociedade civil, academia e setor privado, e apontou os próximos passos para o fortalecimento da estratégia nacional de políticas digitais.

• **Principais propostas:**

- » Avançar para uma política ampla de integridade da informação.
- » Regular inteligência artificial com transparência e responsabilização.
- » Criar registro nacional de sistemas de IA no setor público.
- » Incentivar infraestrutura digital nacional e uso estratégico das compras públicas.
- » Investir em educação midiática e ciência.

• **Resultado do debate:** mudança de enfoque — de combate à desinformação para construção de soberania informacional, integridade da informação e transparência tecnológica.

III. Diálogos Estratégicos. Tema 3 - Conjuntura Internacional – Garantia da Soberania e Protagonismo do Brasil – Assessoria Internacional da Presidência da República, com Assessor Audo Faleiros

Diante das transformações recentes na conjuntura internacional, caracterizadas por mudanças na distribuição de poder global, avanço acelerado das tecnologias digitais e reconfiguração de atores geopolíticos, foi proposto diálogo estratégico com atores do Governo, especialistas e Conselheiros do CDESS, em especial os que atuam na pauta da Comissão de Direitos e Democracia, que têm debatido a temática e realizado análises do reposicionamento do Brasil nesse novo contexto.

A atual dinâmica internacional explicita não apenas disputas econômicas e geopolíticas, mas também desafios crescentes à soberania dos Estados e à integridade dos regimes democráticos. Em particular, destaca-se o papel das grandes plataformas tecnológicas e dos fluxos digitais transnacionais, que, na ausência de marcos regulatórios robustos, têm impactado processos políticos, a circulação de informações e a qualidade do debate público.

1. Comissão de Direitos e Democracia

Desse modo, foi convidado para proferir palestra e realizar um debate com os Conselheiros do CDESS, o Assessor Adjunto Internacional da Presidência da República, Senhor Audo Faleiros, que trouxe um panorama geral sobre as relações do Brasil no tabuleiro internacional.

Os pontos discutidos foram:

- A caracterização da nova ordem internacional
- e seus vetores de transformação;
- O posicionamento e protagonismo do Brasil frente a essas mudanças;
- À desinformação e à influência de ambientes digitais desregulados sobre políticas públicas e processos democráticos;
- O papel das tecnologias digitais na reconfiguração do poder global;
- Possíveis caminhos para o fortalecimento
- da soberania, da democracia e da proteção
- de direitos.

3.3. DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO E EFETIVIDADE DE DIREITOS

Na área de direitos humanos, os debates da Comissão concentraram-se na efetividade das políticas públicas destinadas a populações historicamente vulnerabilizadas, especialmente pessoas com deficiência e população LGBTQIA+. Os conselheiros da temática demandaram diálogo direto com as equipes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), responsável pela formulação e coordenação dessas políticas, com o objetivo de avaliar avanços, desafios e possibilidades de fortalecimento das ações governamentais. Nesse contexto, foram promovidos encontros e palestras voltados à reflexão sobre democracia inclusiva, participação social e visibilidade de grupos historicamente invisibilizados.

I. Diálogos Estratégicos: Tema 4: Políticas para Pessoa com Deficiência: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – Secretaria Nacional de Políticas para a Pessoa com Deficiência

No campo das políticas voltadas às pessoas com deficiência, a Secretária Nacional de Políticas para a Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, apresentou aos conselheiros o andamento das ações do

Programa Novo Viver sem Limites, instituído pelo Decreto nº 11.793/2023. Durante os debates, houve consenso de que, apesar dos avanços institucionais observados nos últimos anos, persistem dificuldades relacionadas à efetividade das políticas públicas, especialmente nas áreas de inclusão, diversidade e proteção social, em razão das restrições orçamentárias decorrentes de contingenciamentos e das limitações na implementação territorial das ações.

Posteriormente, já sob nova gestão do MDHC, foi realizado novo encontro com a equipe técnica da pasta, representada pelo Diretor de Relações Institucionais, Alex Reinecke de Alverga. Na ocasião, foi apresentado relatório atualizado do Programa Novo Viver sem Limites, destacando sua estrutura de governança interministerial, organizada a partir da criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, composta por Comitê Gestor, Grupo Executivo e Câmaras Técnicas temáticas. Também foi informado que o plano contempla 95 ações, com orçamento previsto de R\$ 6,5 bilhões, distribuídas em quatro eixos estratégicos: gestão e participação social; enfrentamento ao capacitismo e à violência; acessibilidade e tecnologia assistiva; e promoção de direitos.

Em relação ao estágio de execução das ações, foi apresentado o seguinte panorama: 29 ações concluídas, correspondendo a 31% do total; 31 ações em andamento com entregas parciais (33%); 23 em andamento sem entregas formais (24%); 6 aguardando início (6%); e 6 excluídas (6%). Entre as iniciativas já concluídas, destacaram-se a revisão de normas de saúde da pessoa com deficiência, a realização do Fórum Nacional de Gestores, a emissão da certidão de cumprimento de cotas para pessoas com deficiência, a construção de 90 policlínicas acessíveis, campanhas nacionais de enfrentamento ao capacitismo, a entrega de 1.500 ônibus escolares acessíveis e a elaboração de guia de acessibilidade para a aviação civil.

Os debates reforçaram a importância da governança interministerial para garantir maior coordenação das políticas públicas e apontaram como prioridades a ampliação da implementação das ações nos estados, o fortalecimento da participação social e a conclusão das iniciativas ainda pendentes. Os conselheiros também ressaltaram a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a assegurar maior efetividade às políticas voltadas às pessoas com deficiência.

II. Diálogos Estratégico. Tema 5: Políticas para População LGBTQIA+: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – Secretaria Nacional de Políticas para a População LGBTQIA+

No que se refere às políticas para a população LGBTQIA+, o Diretor de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Hiago Mendes Guimarães, apresentou as principais iniciativas conduzidas pelo MDHC, com destaque para três programas prioritários: Acolher+, Empodera+ e Bem Viver+. O Programa Acolher+ foi apresentado como iniciativa voltada ao acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de violência, expulsão familiar ou vulnerabilidade social. Segundo os dados apresentados, entre 2024 e 2025 foram realizados 6,4 mil atendimentos, ofertadas 94 mil refeições e registrados 13,4 mil pernoites, com média de 271 acolhimentos mensais. Durante os debates, destacou-se a necessidade de ampliação das casas de acolhimento, especialmente para pessoas trans, travestis e jovens expulsos de seus lares.

Já o Programa Empodera+ foi apresentado como estratégia de qualificação profissional e geração de renda para a população LGBTQIA+, tendo alcançado inicialmente 1.625 pessoas em quatro estados, com oferta de bolsas de apoio financeiro de até R\$ 1 mil. Os conselheiros avaliaram positivamente a iniciativa, mas ressaltaram a necessidade de expansão territorial do programa e ampliação de suas capacidades de atendimento.

Por sua vez, o Programa Bem Viver+ foi destacado pela atuação em territórios rurais, indígenas e quilombolas, com foco na proteção da população LGBTQIA+ em contextos de maior vulnerabilidade social. Conforme apresentado, o programa alcançou 34 territórios e cerca de 1.500 pessoas. Além disso, foi informado que os investimentos destinados às políticas LGBTQIA+ ultrapassaram R\$ 9 milhões, abrangendo ações em 20 estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 2,7 mil beneficiários diretos.

Embora os programas tenham demonstrado resultados relevantes nas áreas de acolhimento, inclusão social e geração de renda, os conselheiros identificaram limitações orçamentárias e dificuldades de implementação territorial como entraves importantes para a ampliação da efetividade das ações. Nesse contexto, houve consenso sobre a necessidade de fortalecer políticas inclusivas, ampliar a participação social e recompor instrumentos participativos, como conferências e espaços deliberativos, considerados

fundamentais para a promoção da democracia no cotidiano.

Como principais recomendações, os conselheiros defenderam a intensificação da implementação dos programas de direitos humanos, a ampliação das casas de acolhimento, a expansão das iniciativas de geração de renda e qualificação profissional, o fortalecimento da atuação nos estados e a retomada dos mecanismos de participação social. Também foi ressaltada a importância de priorizar consensos em torno de temas estruturantes, como educação, desigualdade, soberania e garantia de direitos.

Ao final dos debates, consolidou-se o entendimento de que a democracia depende diretamente da efetividade concreta das políticas públicas, da inclusão social de grupos historicamente vulnerabilizados e do fortalecimento permanente da participação cidadã e do diálogo democrático.

3.4. SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

No campo da Segurança Pública, embora reconheça-se melhoria recente de alguns indicadores, ainda persistem desafios tais como aumento do crime de feminicídio, baixa elucidação de homicídios, combate à corrupção dentro das forças de segurança, ausência estratégias claras para retomada de territórios, enfrentamento estruturado de especificidades regionais, fragilidade na abordagem do sistema prisional (risco de fortalecimento de facções) e controle insuficiente de armas.

Em relação ao Plano Nacional de Combate ao Crime Organizado, identificou-se a falta de representatividade (ausência de populações diretamente afetadas), a insuficiente abordagem de fatores estruturais (desigualdade, histórico de violência territorial) e possibilidade do risco de não adesão dos estados, comprometendo assim a efetividade dos resultados propostos.

Conforme prioridade temática do Conselho neste ano, o enfrentamento ao crime de feminicídio, a Comissão de Direito e Democracia teve participação no debate e na busca de caminhos e soluções para enfrentar este desafio do país. Os conselheiros da Comissão estiveram presente no Seminário "Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres" realizado pelo Conselho em 4 de março de 2026, em Brasília; e teve oportunidade de conhecer o Plano de Ação do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.

1. Comissão de Direitos e Democracia

Para colaborar com o debate, a Conselheira Fernanda Campagnucci elaborou Nota Técnica sobre misoginia digital. Trata-se de um documento preliminar, apresentado como subsídio às discussões do Conselho, e que integra um esforço de pesquisa em andamento com vistas a futura publicação.

Nesse contexto, os conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), especialmente aqueles que atuam na pauta de Direitos e Democracia, têm convergência quanto à necessidade de fortalecer a governança federativa, aprimorar os instrumentos de investigação e inteligência, qualificar o uso da força, ampliar ações de prevenção e integrar políticas públicas.

Entre os principais pontos destacados no debate, ressaltam-se:

- A urgência de elevar os índices de elucidação de homicídios, como medida central para redução da impunidade;
- O controle de armas como eixo estruturante para diminuição da letalidade e enfrentamento ao crime organizado;
- A necessidade de redes integradas para lidar com a violência de repetição, especialmente contra mulheres;
- O papel da educação e de políticas territoriais na prevenção da violência;
- A incorporação transversal de recortes de gênero, raça e LGBTQIA+ nas políticas de segurança.

Como desdobramento dessas discussões, foi estruturado um conjunto de recomendações que abrange desde governança e financiamento — com destaque para a aprovação da PEC da Segurança Pública, o fortalecimento do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) — até medidas voltadas ao uso da força, sistema prisional, segurança digital e proteção às vítimas.

3.5. ENFRENTAMENTO AO ANTISSEMITISMO E CRIMES DE ÓDIO

Outro tema que ganhou relevância ao longo do semestre foi o enfrentamento ao antissemitismo e aos crimes de ódio. O crescimento de manifestações discriminatórias no Brasil e no mundo levou a Comissão a reconhecer essa agenda como estratégica para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Os debates apontaram para a necessidade de construção de diretrizes nacionais de enfrentamento ao antissemitismo, elaboração de um plano integrado de prevenção e monitoramento, fortalecimento de políticas educativas e articulação dessa pauta com outras iniciativas de combate à discriminação e ao extremismo.

I. Principais Ações:

- Criação de subgrupos temáticos: Educação, Cultura, Segurança, Internacional, Definição
- Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional". Ocorrido em 16 de abril de 2026, das 9h às 13h, no Palácio Itamaraty

II. Recomendações centrais:

- elaboração de plano nacional de
- enfrentamento ao antissemitismo;
- monitoramento do ambiente digital;
- integração com políticas de
- combate à discriminação;
- fortalecimento de ações
- educativas e de memória;
- análise das diferentes definições
- de antissemitismo

III. Resultado do debate

O seminário Internacional, ocorrido em 16 de abril, reuniu autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir o antissemitismo como fenômeno complexo, de difícil delimitação e marcado por elevada adaptabilidade histórica. Houve convergência quanto às estratégias de enfrentamento, com ênfase em uma abordagem integrada baseada em educação, monitoramento e prevenção. Destacaram-se a necessidade de produção de dados confiáveis, o fortalecimento de canais de denúncia, a capacitação institucional e o combate ao discurso de ódio, especialmente no ambiente digital, considerado hoje o principal vetor de disseminação dessas práticas.

Os participantes também ressaltaram que o antissemitismo deve ser compreendido em articulação com outras formas de discriminação, como racismo e intolerância religiosa, sendo visto como indicador mais amplo de deterioração democrática. No plano internacional, destacaram-se os marcos de direitos humanos e a atuação de organismos multilaterais, ao mesmo tempo em que se enfatizou a necessidade de preservar o equilíbrio entre o combate ao discurso de ódio e a proteção da liberdade de expressão.

Em síntese, o seminário evidenciou a necessidade de urgência de seu enfrentamento por meio de políticas públicas integradas, fundamentadas em educação, cooperação internacional e respeito aos direitos fundamentais.

3.6. SÍNTESE DOS CICLOS DE DIÁLOGOS

Ao longo do semestre, os debates realizados evidenciaram a consolidação de uma agenda orientada pelo fortalecimento da democracia, pela promoção da justiça social e pela construção de respostas estruturais para desafios contemporâneos cada vez mais complexos. As discussões demonstraram convergência em torno da necessidade de integração entre políticas públicas, articulação federativa e fortalecimento institucional, reconhecendo que temas como segurança pública, direitos humanos, ambiente digital e combate aos crimes de ódio não podem ser enfrentados de forma isolada.

As reuniões também reforçaram a importância de ampliar a capacidade de implementação das políticas públicas, especialmente voltadas às populações mais vulneráveis, garantindo maior efetividade das ações do Estado e fortalecimento dos mecanismos de participação social. Houve consenso de que a construção de uma sociedade mais segura, inclusiva e democrática depende não apenas da formulação de políticas, mas da coordenação entre diferentes áreas governamentais, da produção de evidências qualificadas e da presença ativa das instituições públicas nos territórios e espaços sociais.

No campo democrático e informacional, destacou-se a preocupação com os impactos da desinformação, da polarização política e da disseminação de discursos de ódio sobre a coesão social e a soberania nacional. Nesse contexto, ganhou força a defesa de uma agenda estratégica voltada à integridade da informação, à regulação responsável das plataformas digitais, ao fortalecimento da soberania tecnológica e à promoção da educação midiática, sempre em consonância com os princípios democráticos e os direitos fundamentais.

De forma geral, os encontros evidenciaram a compreensão de que os desafios atuais exigem respostas coordenadas, preventivas e sustentadas no longo prazo. Os debates consolidaram a percepção de que o fortalecimento da democracia, a proteção dos direitos humanos, o enfrentamento das violências e a promoção da soberania informacional e institucional constituem dimensões interdependentes para a construção de um país mais justo, resiliente e socialmente integrado.

4. A Comissão CDD no contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

No contexto recente de mudanças na composição ministerial e seus impactos sobre o CDESS, as agendas debatidas evoluíram com a incorporação de ações estruturantes já em curso ou em implementação, organizadas a partir dos Pilares para Um Projeto de Nação, com foco no desenvolvimento nacional. Dentre os Pilares que têm alinhamento com os eixos da Comissão CDD, destacam-se:

I. Defesa da Democracia e da Soberania

Os debates avançaram para a implementação de iniciativas concretas voltadas à proteção da democracia no ambiente contemporâneo:

- Consolidação de estratégias de enfrentamento à desinformação e ao extremismo, com ampliação de políticas de integridade da informação e educação midiática. Proposta de um Seminário Internacional com debates qualificados com conselheiros homólogos de outros países com problemas similares e busca de soluções conjuntas.
- Desenvolvimento de marcos regulatórios para inteligência artificial e plataformas digitais, incluindo diretrizes de transparência, auditabilidade e responsabilização. Acompanhamento das agendas parlamentares no assunto.
- Início da estruturação de mecanismos para proteção da soberania digital e informacional, com estímulo à infraestrutura tecnológica nacional e uso estratégico das compras públicas.
- Reforço institucional voltado ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, com posicionamento firme contra iniciativas de anistia a atos golpistas e enfrentamento ao revisionismo histórico.

Resultado do debate: consolidação de uma agenda que amplia o foco da desinformação para a soberania democrática e tecnológica, com ênfase em regulação e autonomia nacional.

II. Justiça Social e Garantia de Direitos Fundamentais

Houve avanço na priorização da implementação e expansão de políticas sociais, no entanto, a baixa implementação tem sido um gargalo a ser superado:

- Ampliação de políticas de proteção a populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, juventude e vítimas de violência.
- Fortalecimento de programas de distribuição de renda, geração de empregos e garantia de trabalho digno, com foco na redução das desigualdades.
- Iniciativas de reconstrução institucional voltadas à melhoria da implementação das ações planejadas para ao enfrentamento das desigualdades estruturais aos grupos prioritários.

Resultado do debate: deslocamento do diagnóstico para a ação, com foco na efetivação da execução e na ampliação do alcance das políticas públicas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

III. Educação como Prioridade Nacional

As discussões avançaram para medidas concretas de financiamento e implementação:

- Com a sanção da Lei do Plano Nacional de Educação, o foco é na mobilização institucional para a implementação efetiva do PNE 2024–2034, com ênfase na governança, monitoramento e apoio técnico a estados e municípios.
- Defesa da ampliação progressiva do investimento em educação até 10% do PIB.
- Proposta emergencial em debate para exclusão de determinadas despesas educacionais do resultado primário, garantindo maior previsibilidade orçamentária.

Resultado do debate: alinhamento entre financiamento, gestão e valorização docente como bases para a efetividade das políticas educacionais.

IV. Segurança Pública Cidadã

O acompanhamento da agenda do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem sido na busca de apoio, embora o ritmo dos aperfeiçoamentos e organização do sistema de justiça e morosidade do debate para definir ações estruturantes e integradas no âmbito da Política Nacional de Segurança Cidadã e discussões no legislativo tem frustrado os conselheiros. Recomendações seguem nas seguintes pautas:

Governança e coordenação nacional

- Fortalecimento do papel do Ministério da Justiça e Segurança Pública na coordenação da política nacional.
- Defesa da não desvinculação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- Avanço na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Uso da força e controle institucional

- Expansão do Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força.
- Criação do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força, conforme marco normativo recente.

Redução da impunidade

- Proposta de criação de indicador nacional de elucidação de homicídios, com padronização e monitoramento.

Inteligência e tecnologia

- Criação de centros de inteligência e bases nacionais de dados criminais.
- Uso intensivo de tecnologia e gestão da informação para políticas orientadas por evidências.

Sistema prisional

- Implantação de programas de ressocialização e apoio ao egresso.
- Expansão de medidas alternativas à prisão.

Prevenção e cidadania

- Integração entre segurança, políticas sociais e urbanas.
- Implementação de justiça restaurativa.
- Ampliação de políticas para juventude e cultura de paz.
- Expansão da rede de proteção a vítimas (violência doméstica e LGBTfobia).

Capacitação e direitos humanos

- Formação continuada de agentes públicos com foco em raça, gênero e direitos humanos.
- Ações para enfrentamento do racismo institucional na segurança pública.

Resultado do debate: consolidação de um modelo de segurança pública integrado, preventivo e orientado por direitos humanos, com forte componente de coordenação federativa e uso de inteligência.

V. Cultura, Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável

- Incentivo à economia criativa, cultura e turismo como motores de desenvolvimento.
- Proposta de criação de centros científicos de excelência de alcance global, voltados a temas estratégicos como economia, ecologia e justiça social.

Resultado do debate: reconhecimento da cultura e do conhecimento como pilares do desenvolvimento sustentável e da soberania nacional.

Desafios Identificados

- Desinformação e ataques à democracia permanecem como ameaça central à institucionalidade e à coesão social.
- Limitações orçamentárias dificultam a expansão de políticas sociais estratégicas, como o Viver sem Limites e Programa para População LGBTQI+.
- Segurança pública fragmentada, exigindo coordenação federativa eficaz e consensos legislativos para aprovação da PEC 18/2025 (PEC Segurança Pública)
- Inclusão e igualdade ainda dependem de políticas articuladas entre diversos ministérios e instâncias federativas.
- Risco de descontinuidade de políticas requer atuação permanente do CDESS e da CDD.

4.1. SÍNTESE GERAL

A atualização das agendas demonstra a transição de um diagnóstico abrangente para um conjunto de ações estruturantes em implementação, orientadas por cinco pilares centrais: democracia, justiça social, educação, segurança cidadã e desenvolvimento sustentável.

O conjunto dessas iniciativas aponta para a construção de um Estado mais coordenado, com maior capacidade de execução de políticas públicas e comprometido com uma sociedade mais justa, democrática, segura e soberana.

Ficha Técnica

Coordenadora da CDD:

Roseli Teixeira Alves

Conselheiros inscritos:

Alexandra Segantin, Ana Carolina Evangelista (Carô Evangelista), Ana Fontes, Andrea Mustafa, Angelita Lima, Anne Cabral, Antônio Augusto de Queiroz, Antonio Carlos dos Santos (Vovô do Ilê Ayiê), Berenice Gomes da Silva, Bianca Borges, Bruna Benevides, Carol Proner, Carolina Ricardo, Claudia Maciel, Claudio Medeiros, Cleide Alves, Cristina Assunção, Cristina Pinho, Davi Tangerino, Dona Gi Carvalho, Dora Cavalcanti, Enilson Moura, Ergon Cugler, Fernanda Campagnucci, Fernando Guimarães, Giamundo Neto, Gilmar Pereira, Heleno Araújo, Humberto Ribeiro, Joana Célia dos Passos, Kalyne Lima, Lalo Leal, Laura Schertel, Leonildo Monteiro, Ligia Moreiras, Lilia Moritz Schwarcz, Marco Aurélio de Carvalho, Maria Auxiliadora dos Santos, Maria Cleide Queiroz, Maria Luiza Alencar Feitosa, Maria Paula Dallari Bucci, Marlova Noletto, Martinha Dutra, Nilza Almeida, Nilza Valéria, Paola Carvalho, Patrícia Audi, Patrícia Vilela Marino, Penildon Filho, Priscila Pamela, Reinaldo Bulgarelli, Renato Meirelles, Rogerio Sottilli, Sergio Butka, Sergio Luiz Leite, Tâmis Parron, Toni Reis, Txai Suruí, Vicente Trevas, Walfrido Jorge Warde Junior, Wania Sant'Anna e Wilson Ramos Filho (Xixo).

2

**Comissão de
Tecnologia,
Inovação e
Transformação
Digital**

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO CTITD	20
2. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA CTITD EM 2026	21
3. A CTITD NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	22
4. ENTREGAS ESTRUTURANTES DA COMISSÃO EM CICLOS ANTERIORES	23
5. TEMAS PRIORITÁRIOS E INICIATIVAS EM DESENVOLVIMENTO NO 1º SEMESTRE DE 2026.....	24
I. PLANO NACIONAL DE ECONOMIA DE DADOS (PNED).....	26
II. ESTRATÉGIA DIGITAL DO BRASIL 2026–2031 (E-DIGITAL).....	26
III. ESCOLA DO TRABALHADOR 4.0 – EXPANSÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	26
IV. OFICINA DE LETRAMENTO DIGITAL – PROGRAMA ESCOLA E COMUNIDADE.....	27
V. PLANO BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – AÇÃO 49	27
VI. PROGRAMA MAI/DAI – NOVO EDITAL.....	27
VII. AGENDA LEGISLATIVA DIGITAL.....	28
VIII. AÇÕES DE COMBATE À MISOGINIA DIGITAL	28
FICHA TÉCNICA.....	29

2 Governança e Dinâmica de Funcionamento da CTITD em 2026

A governança da Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) está estruturada de forma a garantir representatividade, coordenação estratégica e continuidade das agendas prioritárias no âmbito do CDESS. A Comissão é composta por conselheiros oriundos de diferentes setores da sociedade, assegurando diversidade de perspectivas e capacidade de articulação intersetorial, e conta com um Grupo Coordenador responsável por orientar a agenda de trabalho, organizar os debates e promover a interlocução institucional.

No primeiro semestre de 2026, a dinâmica de funcionamento da Comissão combinou reuniões gerais — voltadas ao debate ampliado com os conselheiros — e reuniões de coordenação, dedicadas ao acompanhamento das iniciativas prioritárias e à organização da agenda estratégica. Ao longo do período, foram realizadas sete reuniões, sendo quatro reuniões gerais e três reuniões de coordenação, nas quais se discutiram temas estruturantes da transformação digital no país.

As reuniões abordaram agendas centrais como o Plano Nacional de Economia de Dados (PNED), a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), o Programa MAI/DAI, a qualificação digital por meio da Escola do Trabalhador 4.0 e o enfrentamento à misoginia digital, entre outros temas estratégicos. A Comissão também contou com a participação de convidados externos, representantes do governo, da academia e de organizações da sociedade civil, contribuindo para qualificar o debate técnico e ampliar a capacidade de incidência das discussões.

A Tabela 1 apresenta a síntese das reuniões realizadas pela CTITD no primeiro semestre de 2026, incluindo datas, tipos de reunião, temas abordados e convidados participantes. O registro sistematizado dessas atividades contribui para a transparência do processo de trabalho e evidencia a continuidade e a diversidade das agendas tratadas pela Comissão ao longo do período.

TABELA 1 - REUNIÕES REALIZADAS PELA CTITD NO 1º SEMESTRE DE 2026

DATA	TIPO DE REUNIÃO	TEMA	CONVIDADOS
22/01/2026	Coordenação	Discussão, formulação e próximos passos do Plano Nacional de Economia de Dados (PNED)	Cristiane Rauen
06/02/2026	Geral	Exposição sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) e agenda de soberania digital	Beatriz Vasconcellos Araújo
26/02/2026	Coordenação	Situação do Redata; planejamento das reuniões; PNED e Data Spaces; subsídios à E-Digital; criação de GT sobre desinformação	
06/03/2026	Geral	Programa MAI/DAI (Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação)	Dr. Olival Freire
02/04/2026	Coordenação	PNED: avanços e prioridades; contribuições sobre dados, governança, soberania digital e setores específicos; temas transversais como violência digital e de gênero	Cristiane Rauen
13/04/2026	Geral	Enfrentamento da misoginia digital no Brasil	InternetLab
16/04/2026	Geral	Escola do Trabalhador 4.0 e articulação com políticas de qualificação	Cristina Kavalkievicz; Henrique Aquino

Essa estrutura de governança e o funcionamento regular das instâncias de debate permitiram à CTITD manter um processo contínuo de construção coletiva, acompanhamento de políticas públicas e articulação institucional. Como resultado, a Comissão consolidou-se, no primeiro semestre de 2026, como um espaço qualificado de formulação e convergência, capaz de apoiar a transição para a fase de implementação dos Pilares de um Projeto de Nação, com maior integração entre agendas, atores e iniciativas.



3 A CTITD no contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

No primeiro semestre de 2026, a atuação da Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) esteve orientada pela transição da fase de formulação estratégica, consolidada em 2025, para a fase de implementação dos Pilares de um Projeto de Nação. Nesse novo contexto, a Comissão concentrou seus esforços na tradução das diretrizes pactuadas em iniciativas concretas, com maior articulação institucional, incidência sobre políticas públicas e alinhamento com agendas governamentais estruturantes.

A atuação da CTITD apresentou maior densidade em torno de dois pilares centrais: Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas e Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito. No primeiro, destacam-se iniciativas voltadas ao fortalecimento das capacidades nacionais em pesquisa, inovação e infraestrutura digital, com ênfase em temas como economia de dados, inteligência artificial e integração entre ciência e setor produtivo. No segundo, evidenciam-se ações relacionadas à governança do ambiente digital, à agenda legislativa e à proteção de direitos, incluindo o enfrentamento de riscos associados às tecnologias emergentes.

Ao mesmo tempo, a Comissão contribuiu de forma transversal para outros pilares do Projeto de Nação, particularmente aqueles relacionados ao desenvolvimento produtivo, à qualificação para o trabalho e à educação. Iniciativas como a Estratégia Digital do Brasil, a Escola do Trabalhador 4.0 e ações de letramento digital exemplificam a integração entre transformação tecnológica, aumento da produtividade e inclusão social, reforçando o caráter sistêmico das políticas digitais.

Nesse enquadramento, a CTITD reafirma o papel da tecnologia, da inovação e da transformação digital como elementos estruturantes do projeto nacional de desenvolvimento. Mais do que um setor específico, a agenda digital se apresenta como eixo transversal que condiciona a efetividade dos diferentes pilares, ao influenciar a capacidade do Estado, do setor produtivo e da sociedade de promover crescimento sustentável, reduzir desigualdades e fortalecer a democracia



4. Entregas estruturantes da Comissão em ciclos anteriores

A trajetória recente da Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) tem sido marcada pela consolidação de agendas estruturantes voltadas ao fortalecimento da transformação digital como vetor do desenvolvimento nacional. Ao longo dos ciclos anteriores, especialmente no período que antecede 2026, a Comissão contribuiu para a formulação e o amadurecimento de iniciativas que hoje orientam a atuação governamental e o alinhamento entre diferentes atores institucionais.

Entre as principais entregas, destacam-se os avanços na estruturação da governança da transformação digital no país, com a instituição do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), e a consolidação do Plano Brasil Digital 2030+ como referência estratégica para a articulação de políticas públicas, investimentos e iniciativas multissetoriais. Essas agendas contribuíram para estabelecer diretrizes comuns, fortalecer a coordenação federativa e ampliar a capacidade de planejamento de médio e longo prazo no campo digital.

Adicionalmente, a Comissão teve papel relevante na formulação de propostas estruturantes no âmbito da inovação e da política tecnológica, como os Polos Tecnológicos de Alto Impacto, concebidos como instrumentos para concentrar capacidades científicas, tecnológicas e produtivas em torno de desafios estratégicos nacionais. Essa iniciativa evidencia o esforço da CTITD em promover maior integração entre governo, setor produtivo e academia, com foco em resultados concretos e capacidade de escala.

Esse conjunto de entregas e agendas consolidadas constitui a base sobre a qual se estrutura a atuação da Comissão em 2026, permitindo a continuidade das iniciativas, o aprofundamento das articulações institucionais e a transição para uma agenda orientada à implementação. Nesse sentido, a CTITD reafirma seu papel como espaço de formulação estratégica e de convergência entre políticas públicas e iniciativas voltadas à construção de um projeto nacional de desenvolvimento sustentado pela transformação digital.

5. Temas prioritários e iniciativas em desenvolvimento no 1º semestre de 2026

A Tabela 2, apresentada a seguir, organiza os temas e as atividades desenvolvidas pela Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) no primeiro semestre de 2026, em estreita articulação com os seis eixos da Comissão e com os Pilares de um Projeto de Nação, evidenciando o papel transversal da tecnologia e da transformação digital como habilitadores centrais do desenvolvimento nacional.

As iniciativas apresentadas dialogam diretamente com pilares como Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas, Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo, Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura, Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo e Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito, demonstrando como as ações da CTITD contribuem para a redução das desigualdades, o aumento da produtividade, o fortalecimento da democracia e a construção da soberania digital.

TABELA 2 - SÍNTESE DOS TEMAS PRIORITÁRIOS E INICIATIVAS DA CTITD NO 1º SEMESTRE DE 2026

TEMA	ATIVIDADES REALIZADAS	EIXOS CTITD	PILARES E AÇÕES DE UM PROJETO DE NAÇÃO
1. Plano Nacional de Economia de Dados (PNED)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à formulação do PNED • Contribuições à tomada de subsídios • Articulação para criação de Grupo de Trabalho e pilotos de Data Spaces 	Eixo I – Infraestrutura para a Transformação Digital e Eixo II – Tecnologias Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Pilar - Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas • Ação - Desenvolver a infraestrutura nacional de dados e as infraestruturas digitais públicas, assegurando interoperabilidade, governança aberta, segurança e dados abertos - CTITD
2. Estratégia Digital do Brasil – EDigital 2026–2031	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições qualificadas ao processo participativo da EDigital • Elaboração e envio de documento de sistematização das percepções da sociedade (Seminário Futuro do Digital) 	Eixo VI – Ambiente de Negócios e Eixo II – Tecnologias Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • Pilar - Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo • Ação - Acelerar a transformação digital, aumentando produtividade por meio da incorporação de tecnologias digitais na produção
3. Escola do Trabalhador 4.0 (MTE)	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação institucional da política à CTITD (Reunião Geral de 16/4/2026) • Articulação interministerial MTE-MEC para integração com políticas educacionais • Apoio à expansão e parcerias 	Eixo IV – Educação e Capacitação Digital	<ul style="list-style-type: none"> • Pilar - Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo • Ação - Fortalecer a educação profissional, por meio de um sistema nacional de educação orientado para o mundo do trabalho em transformação

TEMA	ATIVIDADES REALIZADAS	EIXOS CTID	PILARES E AÇÕES DE UM PROJETO DE NAÇÃO
4. Letramento Digital	<ul style="list-style-type: none"> Oficina de Letramento Digital 	<p>Eixo IV – Educação e Capacitação Digital</p> <p>e Eixo V – Combate à Desinformação, Inclusão Social e Digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> Pilar - Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura Ação - Expandir programas de letramento digital em escolas e via plataformas digitais
5. Plano Brasileiro de Inteligência Artificial – PBIA / Ação 49	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à implementação da Ação 49 (IA para Inovação Empresarial) Articulação para prova de conceito de Data Spaces para MPEs Parcerias institucionais e discussão de financiamento Apoio político ao lançamento de novo edital MAI/DAI 	<p>Eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</p> <p>e Eixo II – Tecnologias Estratégicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Pilar - Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas Ação - Desenvolver a cadeia produtiva nacional de Inteligência Artificial Pilar - Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas
6. Programa MAI/DAI – CNPq	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de aprimoramento (diversidade, focos estratégicos, governança de dados) Estímulo à avaliação de impacto 	<p>Eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ação - Ampliar financiamento de forma regular para Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em setores estratégicos, como as tecnologias quânticas, nucleares e semicondutores
7. Agenda Legislativa do Digital	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e subsídios legislativos sobre IA (PL 2338/2023), Redata (PL 1318/2025) e regulação dos mercados digitais (PL 4675/2025) 	<p>Eixo VI – Ambiente de Negócios</p>	<ul style="list-style-type: none"> Pilar - Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito Ação - Regular as tecnologias emergentes, tal como as plataformas digitais e a Inteligência Artificial, garantida a inovação, segurança, soberania nacional e defesa democrática Pilar - Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito
8. Ações de Combate à Misoginia Digital	<ul style="list-style-type: none"> Análise de instrumentos normativos e articulação interinstitucional sobre violência digital de gênero 	<p>Eixo V – Combate à Desinformação, Inclusão Social e Digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ação - Regular as tecnologias emergentes, tal como as plataformas digitais e a Inteligência Artificial, garantida a inovação, segurança, soberania nacional e defesa democrática

I. PLANO NACIONAL DE ECONOMIA DE DADOS (PNED)

A Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) tem atuado de forma estruturante na formulação do Plano Nacional de Economia de Dados (PNED), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Partindo do diagnóstico de que o Brasil ainda subaproveita o potencial econômico e produtivo dos dados, a Comissão contribuiu para a construção conceitual da política, ancorada em modelos internacionais de espaços de compartilhamento de dados (data spaces), adaptados à realidade brasileira, com ênfase em soberania, segurança jurídica e estímulo à inovação no setor produtivo.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, a CTITD apoiou a tomada de subsídios do PNED, articulou a criação de um Grupo de Trabalho sobre economia de dados e promoveu o debate sobre pilotos setoriais de data spaces. Destaca-se a incorporação do eixo de capacitação para uso produtivo de dados, com articulação junto ao SENAI e à iniciativa Brasil Digital 2030+, ampliando o enfoque do plano para micro, pequenas e médias empresas e reforçando a dimensão estrutural da política como instrumento de aumento de produtividade e competitividade.

II. ESTRATÉGIA DIGITAL DO BRASIL 2026–2031 (E-DIGITAL)

A Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) desempenha papel qualificado no processo de elaboração da Estratégia Digital do Brasil 2026–2031 (EDigital), coordenada pela Casa Civil, atuando como ponte entre governo, sociedade civil, setor produtivo e academia. No âmbito desse processo participativo, a Comissão contribuiu para a mobilização dos conselheiros e para a qualificação do debate público sobre soberania digital, desenvolvimento produtivo, inclusão, democracia e impactos das transformações tecnológicas sobre o trabalho, o Estado e a economia.

A Comissão participou ativamente do Seminário Futuro do Digital: construindo uma estratégia para o Brasil, realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2026, bem como das oficinas, na qual registrou e consolidou as percepções, valores, objetivos e missões estratégicas debatidas. Esse material, enviado à coordenação do evento, sistematizou insumos relevantes da sociedade civil sobre contexto geopolítico, soberania

digital, inclusão, governança democrática da tecnologia, economia de dados e capacidades estatais de execução, contribuindo para qualificar a formulação da EDigital como uma estratégia de longo prazo articulada a um projeto nacional de desenvolvimento.

III. ESCOLA DO TRABALHADOR 4.0 – EXPANSÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A qualificação digital consolidou-se como uma prioridade da CTITD no primeiro semestre de 2026, com destaque para a Escola do Trabalhador 4.0, iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do programa Caminho Digital. Na reunião geral da Comissão, realizada em 16 de abril de 2026, o Secretário Nacional de Qualificação, Emprego e Juventude apresentou a Escola do Trabalhador aos conselheiros da CTITD, destacando seu caráter de infraestrutura pública digital já em operação, gratuita e em escala nacional, voltada ao letramento digital, à qualificação profissional e à ampliação da empregabilidade, com especial impacto sobre populações historicamente vulnerabilizadas.

A CTITD também atuou na articulação institucional para a expansão e integração da Escola do Trabalhador 4.0 com outras políticas públicas de formação e educação digital. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com secretarias do Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de identificar convergências, evitar sobreposições e explorar formas de integração da Escola do Trabalhador com iniciativas educacionais já em operação no âmbito do Ministério, especialmente em educação profissional, tecnológica e conectividade escolar. Essa atuação teve por objetivo fortalecer a coordenação interministerial, ampliar o alcance territorial da política e consolidar a Escola do Trabalhador como parte de uma estratégia nacional integrada de qualificação digital, inclusão produtiva e preparação para o mundo do trabalho em transformação.

¹Para mais informações sobre a Estratégia Digital do Brasil 2026–2031 (E-Digital), ver o site oficial do Governo Federal: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acoes-e-programas/e-digital>.

IV. OFICINA DE LETRAMENTO DIGITAL – PROGRAMA ESCOLA E COMUNIDADE

A CTITD articulou, junto ao Ministério da Educação, a proposta de incorporação de uma Oficina de Letramento Digital ao Programa Escola e Comunidade, voltada ao fortalecimento da educação equitativa e da cultura digital. A iniciativa está alinhada aos Pilares de um Projeto de Nação e às estratégias de inclusão e cidadania digital.

A atividade envolveu o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos, em parceria com a Associação BD 2030+, e a oferta da oficina a cerca de 28 mil escolas prioritizadas. A ação busca ampliar competências digitais básicas, fortalecer o uso crítico e responsável das tecnologias e apoiar políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades.

V. PLANO BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – AÇÃO 49

No âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), a CTITD tem acompanhado e apoiado a implementação da Ação 49, voltada à aplicação de inteligência artificial para o aumento da produtividade de micro, pequenas e médias empresas industriais. A iniciativa está inserida no eixo de IA para Inovação Empresarial e articulase diretamente à Ação 47, responsável pela construção de um dataset com dados da indústria, que atua como base estruturante para o desenvolvimento e a adoção de soluções de IA no setor produtivo.

A Ação 49 está sendo estruturada com foco na criação de ambientes de compartilhamento seguro de dados (data spaces), com definição clara de finalidade, mecanismos de governança e capacitação em dados, inspirandose em experiências internacionais, como a alemã no setor automotivo. A implementação prevê o uso de recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com modelo de execução via encomenda tecnológica, e articulação institucional entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de parcerias em

validação, como com o SENAI/CIMATEC. Nesse contexto, a CTITD contribui por meio de apoio técnico, consulta aos conselheiros e articulação institucional, em diálogo com a Política Nacional de Economia de Dados (PNED) e iniciativas como o Programa Brasil Mais Produtivo, visando ampliar escala, aderência empresarial e impacto produtivo.

VI. PROGRAMA MAI/DAI – NOVO EDITAL

A CTITD atuou no fortalecimento do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI), reconhecido como instrumento estratégico de integração entre universidades e setor produtivo. A atividade envolveu o apoio político e técnico ao lançamento de um novo edital MAI/DAI, com aperfeiçoamentos como critérios de diversidade regional e individual, definição de focos estratégicos (como IA) e aprimoramento das regras de governança de dados e propriedade intelectual.

²Para mais informações sobre a Escola do Trabalhador 4.0, ver o site do Ministério do Trabalho e Emprego: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/qualificacao-profissional/caminho-digital>.

³Para mais informações sobre Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), ver o portal do programa no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial>.

VII. AGENDA LEGISLATIVA DIGITAL

A CTITD estruturou agenda de acompanhamento legislativo em temas estratégicos do ambiente digital, incluindo a regulação da inteligência artificial, os desdobramentos do Redata, a organização dos mercados digitais e outras regulações relacionadas à internet. A Comissão reconhece que o avanço tecnológico deve ser acompanhado por marcos normativos que assegurem inovação, segurança, soberania digital e fortalecimento da democracia.

A atividade associada envolveu a formulação de subsídios técnicos e políticos em diálogo com o Congresso Nacional, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e outras comissões do CDESS. Ao longo do semestre, a CTITD promoveu articulações interinstitucionais para qualificar o debate legislativo e mitigar riscos à infraestrutura digital e aos investimentos estratégicos do país.

VIII. AÇÕES DE COMBATE À MISOGINIA DIGITAL

A CTITD avançou na formulação de ações voltadas ao combate à misoginia digital, tema que se insere no Pilar de Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito. A Comissão reconhece os impactos das violências digitais de gênero sobre a participação democrática, a liberdade de expressão e a segurança no ambiente online.

A atividade incluiu a articulação com outras agendas governamentais e do CDESS. A atuação da Comissão busca contribuir para a construção de um ambiente digital mais seguro, inclusivo e compatível com os valores democráticos.



Ficha Técnica

Coordenadores do CTITD:

Nikolas Passos e Lucas Carames

Conselheiros inscritos:

Adriana Marcolino, Alessandra França, Alessandro Sorriso, Altair Vilar, Ana Carolina Lima, Anne Cabral, Antonio Neto, Atilio Rulli, Beto Veríssimo, Bruno Sindona, Caio Magri, Carlos Gilberto Carlotti, Celso Kleber, Chieko Aoki, Christian Tadeu, Cleunice Matos Rehem, Cristina Assunção, Daniel Stieler, Davi Tangerino, Denis Minev, Deryck Martins, Duda Franklin, Eduardo Navarro, Ergon Cugler, Esther Bemerguy, Fernanda Campagnucci, Francisco Gomes Neto, Glauco Arbix, Glória Guimarães, Gustavo Assunção, Hélio Rotenberg, Humberto Ribeiro, Janete Vaz, Jeovani Salomão, Josi Barbosa Malheiros, Juvandia Moreira, Laércio Cosentino, Lalo Leal, Laura Schertel, Loricardo de Oliveira, Luana Génot, Luiz Felipe Guerra, Marcelo Tragtenberg, Marcos Almeida, Marcos Augusto Guerra, Moacyr Auersvald, Natalie Unterstell, Nayana Rizzo Sampaio, Neiva Ribeiro, Nelson Mussolini, Nina da Hora, Nina Silva, Paulo Feldmann, Phillippe Rubini, Rafael Lucchesi, Renê Silva, Ricardo Henriques, Ricardo Sennes, Roberto Medronho, Rodolfo Fücher, Rodrigo Dienstmann, Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko), Rose Gomes Monnerat, Roseli de Deus Lopes, Rosilda Prates, Ruben Bisi, Sandro Westphal, Teresa Ludermir, Vander Costa, Vânia Marques Pinto e Venilton Tadini.

3

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO CMADS.....	32
2. A CMADS NO CONTEXTO DOS PILARES DE NAÇÃO.....	33
3. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA CMADS EM 2026.....	36
4. TEMAS PRIORITÁRIOS E INICIATIVAS EM DESENVOLVIMENTO NO 1º SEMESTRE DE 2026	37
4.1. ARRANJOS TERRITORIALIZADOS DE CONHECIMENTO	37
4.1.1. PLATAFORMA EMPREGA COOP.....	37
4.1.2. REDE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL (REDES) .	38
4.1.3. PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL / CONHECIMENTO BRASIL – PROFIX-CB	40
4.2. MAPA DO CAMINHO GLOBAL	<?>
5. CONSIDERAÇÕES.....	43
FICHA TÉCNICA.....	44
ANEXO	45
TABELA 1 - REUNIÕES DA COMISSÃO REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026.....	45
TABELA 2 - REUNIÕES ENTRE A CMADS E GOVERNO/ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026.....	45



1. Apresentação da Comissão CMADS

A Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) foi instalada em 20 de julho de 2023 com os objetivos prioritários de contribuir para a preparação da 30ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudança do Clima (COP30) e apoiar o Plano de Transformação Ecológica (PTE) do Governo Federal. A CMADS atua de forma transversal, articulando discussões ambientais e envolvendo diversos ministérios e entidades, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Casa Civil.

A CMADS consolidou-se ao longo de 2026 como um espaço de articulação estratégica entre governo federal, sociedade civil, setor produtivo, academia, movimentos sociais e organizações territoriais, voltado à discussão e à formulação de propostas com a possibilidade de tornarem-se políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à justiça climática e à proteção socioambiental no Brasil. Sua atuação esteve diretamente vinculada às agendas dos "Pilares de um Projeto de Nação" articuladas às diretrizes da transformação ecológica, às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC's), às metas estruturantes da Nova Indústria Brasil (NIB), e aos compromissos climáticos assumidos pelo país no contexto da COP30.

Atualmente, a Comissão reúne 86 Conselheiros de diferentes segmentos sociais, econômicos e institucionais no âmbito do CDESS. A CMADS consolidou, no primeiro semestre de 2026, uma agenda estratégica alinhada aos Pilares de um Projeto de Nação, com foco na análise da exequibilidade das ações prioritárias nas áreas de mudanças climáticas, transição ecológica, desmatamento zero e sociobioeconomia. O trabalho concentrou-se tanto na formulação de novas políticas e iniciativas quanto no fortalecimento e aprimoramento das ações já em curso no Governo Federal ou previstas para implementação ao longo de 2026, buscando ampliar sua efetividade, integração e alcance.





2. A CMADS no Contexto dos Pilares de Nação

Dentre os 13 Pilares¹, foram discutidos principalmente o pilar da Segurança Alimentar e Nutricional e Transição Ecológica Justa. A passagem da fase estratégica de 2025 para a fase operacional de 2026, representou um avanço metodológico e político relevante no processo de construção dos “Pilares de um Projeto de Nação”.

A CMADS desempenhou papel estratégico na formulação de debates relacionados ao desmatamento zero, à bioeconomia, à sociobioeconomia, à segurança alimentar, às mudanças climáticas, à gestão hídrica, à restauração ambiental, à descarbonização, à transição energética, à economia circular, aos conhecimentos tradicionais, à sociobiodiversidade, aos biomas brasileiros, ao desenvolvimento territorial sustentável, ao saneamento e à valorização dos territórios e dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs).

As contribuições da CMADS foram inseridas, de forma transversal, nos 13 Pilares de um Projeto de Nação, com destaque para os pilares de Transição Ecológica Justa e Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão também apresentou ações transversais articuladas com outras comissões, especialmente nos temas de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo, Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura, e Cidades Sustentáveis.

Em 2026, a CMADS concentrou sua atuação na avaliação da viabilidade e implementação das ações relacionadas aos pilares mais alinhados à sua missão, considerando iniciativas já em curso no Governo Federal e em outros entes governamentais. No primeiro semestre, o Desmatamento Zero foi definido como prioridade estratégica, articulado principalmente ao Pilar de Transição Ecológica Justa e com impactos diretos sobre o Pilar de Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão também destacou a importância das ações transversais desenvolvidas em outros pilares para o fortalecimento dessas agendas prioritárias.

Nesse sentido, a CMADS passou a atuar de forma mais estratégica na identificação de gargalos, lacunas institucionais e limitações das políticas públicas já existentes, buscando fortalecer sua integração, governança, financiamento e capacidade de implementação. O diálogo

com ministérios e instituições tornou-se central para o aprofundamento técnico e o alinhamento entre os diversos setores do Governo.

Assim, a passagem de 2025 para 2026 marcou a transformação do processo de construção dos pilares em uma agenda permanente de incidência política, planejamento estratégico e formulação operacional no âmbito do CDESS e da CMADS. Desta forma a comissão passou a atuar na estruturação de caminhos concretos para a implementação das ações prioritárias, fortalecendo o papel do Conselho como espaço de diálogo democrático, pactuação social e construção coletiva de propostas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável, à redução das desigualdades e à transição ecológica justa no Brasil, a partir dos Pilares de um Projeto de Nação.

1. PILARES MAIS DISCUTIDOS NA CMADS NO ANO DE 2006:

- Transição Ecológica Justa;
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo;
- Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura;
- Cidades Sustentáveis.

2. ARTICULAÇÃO TRANSVERSAL DA CMADS COM OS DEMAIS PILARES POR MEIO DAS AÇÕES VINCULADAS A SUA MISSÃO, OBSERVANDO OS CINCO ANOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO:

I. Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura:

a participação da CMADS neste pilar está relacionada ao reconhecimento dos territórios, da sociobiodiversidade e dos saberes ancestrais das comunidades do campo, das águas e da floresta como fundamentos dos processos formativos. É por meio do fortalecimento da cultura alimentar saudável e ancestral vinculada à educação nas escolas que podemos contribuir para a soberania e segurança alimentar, impulsionando a agricultura familiar nos territórios e seus sistemas agroalimentares de base comunitária.

¹ Pilares de um Projeto de Nação – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_caderno_pilares_nacao.pdf

II. Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo:

o pilar é essencial para reconhecer a interdependência entre campo, cidade e floresta como partes de um mesmo sistema socioeconômico, ambiental e cultural. Nesse contexto, o Programa Nacional de Reforma Agrária contribui para o ordenamento fundiário, a redução das desigualdades e o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, por meio da democratização do acesso à terra, da regularização de territórios indígenas, tradicionais e da agricultura familiar, promovendo segurança jurídica, prevenção de conflitos e proteção dos territórios.

III. Cidades Sustentáveis: a CMADS defende a universalização do saneamento básico como direito social fundamental, priorizando periferias urbanas, áreas rurais, comunidades tradicionais, territórios ribeirinhos e assentamentos historicamente excluídos, por meio da ampliação da infraestrutura pública, modernização dos sistemas de abastecimento, combate às perdas hídricas, garantia de tarifas socialmente justas e fortalecimento da gestão pública participativa e transparente. O pilar também incorpora a gestão sustentável de resíduos sólidos articulada à Economia Circular, compreendendo os resíduos como recursos capazes de gerar valor econômico, regenerar recursos naturais e substituir a lógica linear de produção e descarte por modelos circulares e sustentáveis. Além disso, destaca a arborização e a agricultura urbana de base ecológica como serviços ecossistêmicos estratégicos para a melhoria da qualidade ambiental, climática e alimentar das cidades contemporâneas.

IV. Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo:

o fortalecimento do trabalho digno e da proteção social torna-se essencial para reduzir desigualdades e garantir desenvolvimento sustentável. A CMADS defende a ampliação de políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva e proteção de renda, o fortalecimento da sociobioeconomia, da agroecologia, assegurando que trabalhadores urbanos e rurais, especialmente os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os agricultores familiares (PIPCTAF's) sejam reconhecidos como atores estratégicos na construção de modelos econômicos que respeitem a sociobiodiversidade, considerando a resiliência para os territórios e que seja inclusivo e socialmente justo.

V. Política Macroeconômica Orientada ao Crescimento Justo:

o financiamento público seja colocado a serviço do desenvolvimento social e ambiental, adotando estratégias econômicas que priorizem investimentos sociais estruturantes, especialmente em educação, ciência, inovação sustentável, saúde, proteção socioambiental e infraestrutura verde, articuladas ao fortalecimento das instituições, do Estado e à geração equitativa de oportunidades produtivas.

VI. Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo:

a partir da integração entre inovação tecnológica, transição ecológica e inclusão social, é possível promover sustentabilidade, geração de empregos qualificados e proteção da sociobiodiversidade, proporcionando aos territórios e populações vulneráveis a superação de modelos predatórios e concentradores. A CMADS deverá aprofundar estes temas em diálogo com as demais Comissões Temáticas no próximo semestre.

VII. Transição Ecológica Justa:

concebido como um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de reduzir desigualdades, promover inclusão socioeconômica e proteger a sociobiodiversidade. O debate buscou superar modelos predatórios historicamente baseados na exploração intensiva dos recursos naturais e no uso de combustíveis fósseis, propondo um projeto nacional que articule economia, justiça ambiental e direitos sociais. Nessa perspectiva, a transição ecológica deve integrar políticas industriais verdes, proteção territorial, reparação socioambiental e valorização da interdependência entre clima, biodiversidade, produção e dignidade humana.

A CMADS destacou a necessidade de fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, inovadoras e territorializadas, baseadas no uso sustentável da biodiversidade, no conhecimento científico e nos saberes tradicionais. O enfrentamento às mudanças climáticas exige políticas robustas de adaptação e mitigação, combate ao desmatamento, recuperação de áreas degradadas e incentivo a práticas agroecológicas articuladas aos modos de vida dos povos do campo, das águas e da floresta. Os debates também enfatizaram que povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e periferias urbanas devem atuar como protagonistas da transição, participando da formulação das políticas, dos sistemas de governança e da construção de uma nova economia de base sociobioeconômica.

No âmbito energético e territorial, a comissão defendeu a descarbonização produtiva associada à garantia de segurança energética como direito social, baseada em fontes renováveis diversificadas, inclusão territorial e democratização do acesso à energia. Também foi ressaltada a importância de integrar a gestão sustentável da água, da biodiversidade e dos ecossistemas de baixo carbono, incluindo manguezais, várzeas, planícies alagáveis e turfeiras, reconhecidos como infraestruturas naturais fundamentais para a resiliência climática e os serviços ecossistêmicos. A ampliação da economia circular e solidária, aliada ao fortalecimento do diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais, foi apresentada como estratégia essencial para consolidar cadeias produtivas sustentáveis, fortalecer cinturões verdes, promover segurança hídrica e alimentar e ampliar o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na gestão sustentável dos territórios.

VIII. Segurança Alimentar e Nutricional: No âmbito da CMADS, a transição ecológica justa foi articulada à segurança alimentar e nutricional, defendendo políticas integradas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, sociobiodiversidade, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com valorização dos circuitos curtos de comercialização e dos territórios tradicionais. A comissão destacou que soberania alimentar depende da articulação entre renda, proteção social, saneamento, abastecimento e infraestrutura hídrica, integrando cultura alimentar, ciência, tecnologia e inovação como instrumentos de justiça social, saúde pública e preservação ambiental. Também foi enfatizada a necessidade de fortalecer a industrialização sustentável da sociobiodiversidade e da economia verde com tecnologias limpas, priorizando os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs), promovendo empregos verdes, redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), soberania energética e redução das desigualdades sociais e regionais.

IX. Saúde e Desenvolvimento Social: A CMADS defende a ampliação do acesso equitativo ao saneamento, à água potável, à mobilidade e à infraestrutura urbana. As propostas enfatizam a necessidade de atender especialmente comunidades remotas e territórios mais vulneráveis.

X. Infraestrutura Sustentável e Adaptação Climática: a adaptação climática está relacionada ao fortalecimento de políticas públicas, investimentos e infraestruturas sustentáveis capazes de enfrentar os impactos das mudanças climáticas sobre os territórios, biomas e populações vulnerabilizadas. A proposta integra saneamento, gestão hídrica, habitação, energia limpa, recuperação ambiental e planejamento territorial sustentável, articulando proteção dos recursos naturais, redução das desigualdades socioambientais, fortalecimento da sociobiodiversidade e ampliação da resiliência climática das populações urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais diante de eventos extremos.

XI. Economia Verde, Sociobioeconomia e Economia Circular: a percepção da CMADS sobre este Pilar está vinculada ao fortalecimento de modelos econômicos que possam abranger os territórios dos (PIPCTAF'S), observando cada temática considerando a descarbonização dos processos produtivos, a substituição dos combustíveis fósseis para que a sociobiodiversidade não seja utilizada apenas como mecanismo econômico hegemônico. Que o solo e os recursos hídricos permaneçam como fonte de vida para os povos da floresta e das cidades. Que os nossos mecanismos de fiscalização sejam fortalecidos para evitar a prática do greenwashing, por empresas que utilizam modelos de desenvolvimento predatório dos recursos naturais. Diante disso, a CMADS defende o fortalecimento da governança, da rastreabilidade, da fiscalização socioambiental, da transparência, dos financiamentos climáticos e da integração entre ciência, tecnologia e saberes tradicionais, alinhando essas agendas à transição ecológica justa e aos compromissos climáticos do país no contexto da COP30.



3. Governança e dinâmica de funcionamento da CMADS em 2026

No primeiro semestre de 2026, a CMADS realizou reuniões externas e articulações institucionais com representantes da sociedade civil, ministérios, instituições públicas e atores estratégicos, visando fortalecer e subsidiar os debates da comissão. Destacaram-se diálogos com representantes dos Povos Indígenas Kayapó sobre o SISMOT/SISCLIMA, além de articulações com a Associação Comercial e Industrial Brasil-Coreia do Sul, Comitê Gestor, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Casa Civil, Ministério de Educação (MEC), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo a pesquisa (FADESP), Universidade federal do Pará (UFPA), Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA), Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop-DF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Também ocorreram reuniões com conselheiros e participação em eventos governamentais e sociais relacionados ao desenvolvimento sustentável, inovação, meio ambiente e inclusão social.

As Tabelas 1 e 2 do Anexo apresentam o conjunto das reuniões e atividades realizadas pela CMADS no primeiro semestre de 2026, abrangendo tanto reuniões internas da Comissão quanto encontros com órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e participação em eventos temáticos relevantes.



4. Temas prioritários e Iniciativas em desenvolvimento no 1º semestre de 2026

Diante das entregas previstas para o 7º Pleno, a Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) manteve o acompanhamento de iniciativas originadas no GT Amazônia e vinculadas ao conceito de Arranjos Territorializados de Conhecimento, com destaque para a Plataforma Digital de empregabilidade Emprega-Coop, desenvolvida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Os Conselheiros da CMADS contribuíram com propostas voltadas à ampliação da empregabilidade de egressos do ensino superior, tecnológico e profissional na Amazônia Legal, buscando conectar jovens qualificados às oportunidades ofertadas pelas cooperativas, especialmente as de crédito, fortalecendo o desenvolvimento territorial e reduzindo a evasão de mão de obra qualificada da região..

4.1. ARRANJOS TERRITORIALIZADOS DE CONHECIMENTO

Os arranjos territorializados de conhecimento correspondem a sistemas de produção e circulação de conhecimentos vinculados a um território específico. Neles, destacam-se as interações entre instituições, empresas, comunidades e universidades, permitindo que o conhecimento seja gerado, compartilhado e aplicado de maneira contextualizada, em consonância com as necessidades e especificidades regionais. Nesse processo, destaca-se o papel das instituições de pesquisa e desenvolvimento, das instituições de ciência e tecnologia e das universidades, tradicionalmente grandes produtoras de conhecimento, mas muitas vezes ainda pouco articuladas às dinâmicas e demandas territoriais.

A demanda pela criação de arranjos territorializados de conhecimento na Amazônia foi incorporada pelo governo em diferentes iniciativas, entre elas a Plataforma Emprega COOP, que foi estruturada a partir de debates e proposições desenvolvidos no âmbito do CDESS, bem como o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES) e o Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – (PROFIX-CB) que serão descritos a seguir.

4.1.1. Plataforma Emprega COOP

Plataforma Emprega COOP tem como objetivo conectar candidatos e vagas por meio de inteligência artificial, trilhas de capacitação e integração com plataformas de recrutamento das cooperativas. Além da intermediação de empregos, oferece cursos de qualificação e a construção do "Emprega Card", um currículo inteligente que amplia o acesso às oportunidades de trabalho. A iniciativa do Emprega COOP é liderada pela OCB, BNDES, MEC e a CDESS, articulando ciência, políticas públicas, cooperativismo e demandas sociais dos territórios amazônicos. É uma ação estratégica voltada à fixação de profissionais qualificados na Amazônia, problema amplamente identificado nos diagnósticos regionais (como a saída de jovens formados e a baixa oferta de oportunidades locais). A iniciativa, busca conectar oferta e demanda de trabalho no sistema cooperativista, promovendo também capacitação complementar. Dessa forma, ela contribui diretamente para enfrentar desigualdades regionais, fortalecer economias locais e valorizar o capital humano formado nas universidades e institutos federais da região.

No conjunto mais amplo, essa proposta se articula com diferentes pilares estratégicos de desenvolvimento:

- Trabalho digno e proteção social: ao ampliar oportunidades de emprego qualificado e inclusão produtiva, especialmente em territórios com menor acesso a mercados de trabalho estruturados.
- Redução das desigualdades: ao promover inclusão social por meio de oportunidades alinhadas às realidades regionais, evitando a migração forçada de profissionais.
- Estratégia produtiva digital, verde e justa: ao integrar inovação, economia cooperativista e sustentabilidade, além de estimular investimentos em ciência e tecnologia e aumentar sua relevância na economia.
- Desenvolvimento territorial sustentável: ao reconhecer que políticas públicas devem considerar as especificidades locais — socioeconômicas, culturais e ambientais — para serem eficazes.

3. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Educação e cultura com equidade: ao ampliar o financiamento e garantir distribuição mais justa de recursos educacionais, fortalecendo a formação de qualidade e sua conexão com o território.

Como resultado esperado, iniciativas como essa ajudam a construir um modelo de desenvolvimento mais integrado, em que educação, inovação, emprego e território estão conectados, promovendo não apenas crescimento econômico, mas também justiça social, sustentabilidade e permanência de talentos na Amazônia.

4.1.2. Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES)

O Edital Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como finalidade fortalecer redes colaborativas de pesquisa, inovação, extensão e desenvolvimento territorial voltadas aos Arranjos Territorializados do Conhecimento Local (ATCL). A iniciativa busca integrar instituições de ensino e pesquisa, comunidades e atores locais na construção de soluções alinhadas às potencialidades e demandas dos territórios, promovendo o desenvolvimento sustentável, a produção de conhecimento aplicado, o fortalecimento científico regional e a articulação entre ministérios, agências de fomento e instituições de pesquisa.

A proposta do Edital Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), surgiu como resposta à dificuldade histórica de inserção e permanência de egressos do ensino superior e tecnológico da Amazônia, diante da escassez de oportunidades científicas, técnicas e institucionais na região. Desenvolvida pelo Professor Enio Candotti, e demais conselheiros vinculados ao GT Amazônia da Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), a iniciativa buscou estruturar redes de colaboração entre pesquisadores, instituições e territórios, fortalecendo a produção de conhecimento, a atuação qualificada e o desenvolvimento regional sustentável da Amazônia.

O objetivo geral do edital REDES foi contribuir para a redução das assimetrias regionais no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), com foco na formação, fixação e internacionalização de recursos humanos de alto nível voltados ao desenvolvimento da pesquisa e inovação, à produção cien-

tífica e ao fortalecimento de redes de colaboração em eixos estratégicos prioritários que promovam soluções sustentáveis e inclusivas para os desafios da Amazônia Legal. A implementação dos projetos do edital 6/2026, foi prevista inicialmente para março de 2027. Uma das principais exigências é que o proponente seja dirigente de Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAP) vinculada ao Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP).

Os projetos aprovados serão apoiados no valor global estimado de R\$ 114.861.794,40 (cento e quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) oriundos do orçamento da CAPES. O valor de investimento por projeto tem a possibilidade de chegar até R\$ 3.190.605,40 (três milhões, cento e noventa mil, seiscentos e cinco reais e quarenta centavos), conforme edital 06/2026.

	MODALIDADE	QUANTIDADE BOLSAS POR PROJETO	QUANTIDADE DE MESES POR BOLSA
BOLSAS NO PAÍS	Bolsas de Mestrado	a ser definido pelo proponente para cada projeto	até 24
	Bolsas de Doutorado		até 48
	Bolsas de Pós-Doutorado		até 24
	Professor Visitante no país		até 24
	Bolsas de Iniciação à extensão		até 24

Fonte: Edital 06/2026 Processo: Nº 23038.001512/2025-28

COMPONENTES	VALOR MÁXIMO POR PROJETO
Bolsas no País (custeio + bolsas)	R\$ 2.000.000,00
Custeio – deslocamento nacional do bolsista Professor Visitante (no âmbito da rede)	R\$ 80.000,00
Bolsas no Exterior	R\$ 1.190.605,40
VALOR TOTAL MÁXIMO POR PROJETO	R\$ 3.190.605,40

Fonte: site CAPES - <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/redes-de-pesquisa-e-desenvolvimento-programa-rede-de-pesquisa-e-desenvolvimento-da-amazonia-legal>

AS FAPS APTAS A PARTICIPAR SÃO:

FAPAC	Acre	AC
FAPEAP	Amapá	AP
FAPEAM	Amazonas	AM
FAPEMAT	Mato Grosso	MT
FAPEMA	Maranhão	MA
FAPESPA	Pará	PA
FAPERO	Rondônia	RO
FAPERR	Roraima	RR
FAPT	Tocantins	TO

Fonte: Edital 06/2026 Processo: Nº 23038.001512/2025-28

Eixos Estratégicos

As propostas deverão alinhar-se a um ou mais dos eixos estratégicos estabelecidos pelo programa, contemplando temáticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social, à inovação e à valorização das especificidades territoriais da região amazônica e do Norte do Brasil. Entre os eixos estratégicos destacam-se: **Doenças Determinadas Socialmente**, com foco na relação entre saúde, educação e condições sociais, buscando compreender e enfrentar doenças associadas a fatores sociais, econômicos e ambientais; **Bioeconomia e Valorização dos Recursos Naturais**, voltada ao fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, geração de valor agregado e desenvolvimento de biotecnologias inovadoras; e **Amazônia Sustentável e Conservação da Biodiversidade**, direcionada à preservação da biodiversidade amazônica e à promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

Também constituem eixos estratégicos a **Transição Energética e Energias Renováveis**, incentivando projetos relacionados à implementação de fontes de energia limpa, eficiência energética e redução das emissões de carbono; a **Educação de Qualidade**, por meio do desenvolvimento de programas educacionais inovadores voltados às áreas rurais e remotas, incluindo formação técnica, tecnológica, educação inclusiva e uso de tecnologias educacionais; e **Água Potável e Saneamento**, abrangendo ações relacionadas ao acesso seguro à água potável, saneamento básico, gestão de recursos hídricos e conscientização ambiental.

O edital contempla ainda os eixos de **Indústria, Inovação e Infraestrutura**, com incentivo à criação de polos tecnológicos, parques de inovação e startups voltadas a soluções sustentáveis; **Redução das Desigualdades**, voltado à promoção da inclusão social e enfrentamento das desigualdades socioeconômicas; e **Cidades e Comunidades Sustentáveis**, direcionado

ao planejamento urbano sustentável, habitação social, mobilidade sustentável, gestão de resíduos e fortalecimento de comunidades resilientes.

Destacam-se também os eixos relacionados aos **Impactos da Mudança Global do Clima**, envolvendo ações de mitigação e adaptação climática; **Vida na Água e Vida Terrestre**, voltado à conservação de ecossistemas aquáticos e terrestres, recuperação de áreas degradadas e proteção da biodiversidade; e **Segurança Pública e Direitos Humanos**, com foco na formulação de políticas públicas baseadas em evidências para prevenção da violência, promoção dos direitos humanos e proteção de grupos vulneráveis.

As propostas poderão igualmente contemplar os eixos de **Formação de Recursos Humanos Qualificados**, por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, uso de tecnologias digitais e ações de divulgação científica; **Diversidade Cultural**, relacionada à valorização da identidade étnica e antropológica dos povos originários; **Migração Transnacional e Seus Desafios**, considerando adaptações culturais e impactos socioeconômicos; e **Planejamento Estratégico Regional**, voltado aos desafios e perspectivas do desenvolvimento sustentável da região.

Entre os eixos estratégicos também estão incluídos a **Saúde Pública no Norte do Brasil**, considerando os desafios estruturais, a diversidade cultural e o papel do SUS em contextos de desigualdade territorial e populações tradicionais; a **Integração entre Saberes Científicos e Tradicionais**, promovendo a articulação entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais para construção de soluções sustentáveis adaptadas às realidades locais; e a **Avaliação com Base em Impactos Sociais, Ambientais e Científicos**, voltada ao desenvolvimento de metodologias de avaliação focadas na mensuração de resultados concretos para a sociedade, o meio ambiente e a produção científica.

Por fim, destaca-se o eixo de **Mineração Sustentável e Gestão de Minerais Estratégicos**, direcionado ao desenvolvimento de modelos de exploração mineral responsável, incluindo terras raras e minerais críticos, conciliando aproveitamento econômico, preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico local. O eixo abrange tecnologias limpas de extração e beneficiamento, recuperação de áreas mineradas, governança mineral participativa, agregação de valor regional e formação de recursos humanos especializados, considerando a importância estratégica desses recursos para a soberania nacional.

Dessa forma, o REDES fortalece a ciência, tecnologia, inovação e o desenvolvimento territorial no Brasil, promovendo a articulação entre universidades, ICTs, comunidades, setores produtivos e gestores públicos. Por meio das contribuições do CDESS e do GT Amazônia por meio de seus Conselheiros que atuaram na formulação dos eixos e das propostas estruturantes que dão base ao programa. O Redes contribui para a redução das desigualdades regionais, a valorização dos territórios e a construção de soluções sustentáveis, integrando conhecimento científico, saberes tradicionais e políticas públicas estratégicas.

4.1.3. Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – PROFIX-CB

O Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – (PROFIX-CB), é uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e CAPES, que por meio das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) estão integradas à estratégia “Conhecimento Brasil”. O programa busca fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) por meio da atração e fixação de doutores em universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e redes de pesquisa estratégicas em todos os estados brasileiros, com prioridade para regiões de maior desigualdade científica.

O Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil tem entre os seus objetivos específicos finalidade fortalecer a permanência e a atuação de pesquisadores doutores no país, buscando reduzir as desigualdades regionais no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), com prioridade para a Amazônia Legal. O programa visa criar condições favoráveis para que doutores desenvolvam e deem continuidade às suas pesquisas em grupos e redes de excelência científica, além de contribuir para sua retenção em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e em empresas que possuam centros de pesquisa e desenvolvimento voltados para áreas estratégicas e de vanguarda científico-tecnológica.

O PROFIX(CB) promove ações integradas entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estimulando a descentralização e a flexibilização dos recursos destinados ao fortalecimento e à expansão dos grupos de pesquisa nas diferentes Unidades Federativas do Brasil, nas quais as FAPs estaduais e distrital, serão responsáveis pela implementação do programa em seus respectivos territórios, por meio de Chamadas Públicas ou Editais Públicos.

De acordo com o Chamamento Público CNPq, CAPES 12/2025, o CNPq, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), aportará R\$ 624.000.000,00 (seiscentos e vinte e quatro milhões de reais) correspondendo aproximadamente a 1.000 (mil) Bolsas Conhecimento Brasil (BCB-1) no valor de mensal de R\$ 13.000,00, pelo período de 48 meses, conforme os termos da Portaria CNPq nº 1.708/2024 que dispõe sobre a implementação do Programa Conhecimento Brasil - Atração e Fixação de Talentos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) previu a concessão de até 1 bolsa de Mestrado e/ou 1 bolsa de Doutorado por bolsista PROFIX-CB que atuasse como orientador principal em Programas de Pós-Graduação (PPGs) de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), condicionada à disponibilidade orçamentária e aos critérios da CAPES.

Como contrapartida, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) ficaram responsáveis pela concessão de auxílios à pesquisa (custeio e/ou capital), podendo também ofertar bolsas de pesquisa ou iniciação científica para apoiar os projetos dos bolsistas PROFIX-CB. As Chamadas Públicas das FAPs ocorrerão após o Acordo de Cooperação Técnica com o CNPq, enquanto as bolsas CAPES dependerão de acordo firmado entre CNPq e CAPES.

Segue abaixo o resultado parcial do edital Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – PROFIX-CB:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL (PROFIX-CB)						
RESULTADO PRELIMINAR						
Nº DA PROPOSTA	FAP	UF	PARECER DO COMITÊ JULGADOR	APROVADO CNPQ	APROVADO CAPES	
				BOLSAS CB-1	BOLSAS MESTRADO	BOLSAS DOUTORADO
3391	FAPEAP	AP	Recomendado	20	20	20
3397	FAPITEC	SE	Recomendado	24	24	24
3398	FUNCAP	CE	Recomendado	36	36	36
3636	FAPEAL	AL	Recomendado	23	23	23
3835	FAPERO	RO	Recomendado	20	0	20
3938	FAPEMAT	MT	Recomendado	24	24	24
4223	FAPERN	RN	Recomendado	30	30	30
4241	FAPEAM	AM	Recomendado	26	26	26
4312	FACEPE	PE	Recomendado	39	39	39
4341	FAPERGS	RS	Recomendado	61	61	61
4346	FAPESP	SP	Recomendado	120	60	60
4410	FUNDECT	MS	Recomendado	26	26	26
4411	FAPEMA	MA	Recomendado	20	20	20
4415	FAPEMIG	MG	Recomendado	67	67	67
4419	FAPES	ES	Recomendado	26	26	26
4433	FAPEG	GO	Recomendado	30	30	30
4458	FAPEPI	PI	Recomendado	24	24	24
4475	FAPESB	BA	Recomendado	43	43	43
4486	FAPT	TO	Recomendado	21	21	21
4491	FAPDF	DF	Recomendado	35	35	35
4494	FAPESQ	PB	Recomendado	31	31	31
4506	FAPESPA	PA	Recomendado	35	35	35
4507	FAPERR	RR	Recomendado	20	20	20
4542	FAPERJ	RJ	Recomendado	80	80	80
4557	FAPESC	SC	Recomendado	38	38	38
4579	FAADCT	PR	Recomendado	54	54	54
4590	FAPAC	AC	Recomendado	20	10	0
TOTAL RESULTADO PRELIMINAR				2809		

Fonte: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/sei_cnpq-2636705-chamamento-publico.pdf

Inicialmente, o PROFIX-CB foi idealizado para suprir as lacunas relacionadas à evasão de profissionais qualificados da região da Amazônia Legal para outras regiões do país. É um programa que busca favorecer a fixação de pessoas com alta qualificação, especialmente doutores, em regiões que apresentam baixa densidade de profissionais desse nível. Desta forma, o PROFIX contribui para a ampliação da capacitação técnica e científica local, permitindo que esses profissionais atuem diretamente no enfrentamento das demandas e desafios regionais, além de impulsionar o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da Amazônia. Ao longo dos processos de articulações, diante das necessidades de um

país em processo de reconstrução o programa foi ampliado para atender todas as regiões do Brasil.

Os Programas de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil (PROFIX-CB) e a Plataforma Emprega COOP, o Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), são oriundos dos trabalhos realizados pelo GT Amazônia da CMADS/CDESS que passaram por reformulações relevantes, sem que as estratégias formuladas pelo GT fossem desconfiguradas. Pode-se afirmar que são realizações conjuntas direcionadas a resultados de excelência para o País.

4.2. MAPA DO CAMINHO GLOBAL

O Mapa do Caminho é uma iniciativa decorrente da COP30, voltada à construção de estratégias para viabilizar o cumprimento das metas climáticas e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Nesse contexto, o Mapa do Caminho Global corresponde à dimensão internacional desse processo. Seu objetivo é orientar respostas articuladas às emergências climáticas, promovendo cooperação internacional, financiamento, transferência de tecnologia e compromissos multilaterais capazes de impulsionar a descarbonização da economia em escala global.

A Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Conselho assumiram papel estratégico na construção dos Mapas do Caminho Global e Doméstico, vinculados aos compromissos climáticos brasileiros, por meio das contribuições de conselheiros e conselheiras para os temas do Desmatamento Zero e da transição para uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis. As comissões conduziram um processo participativo junto aos conselheiros, que resultou na elaboração de um documento contendo contribuições a serem inseridas na plataforma da COP30 e entregues ao 7º Plenário do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

Ao longo desse processo, e em consonância com sua missão institucional, a Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável assumiu a responsabilidade pela elaboração das contribuições relacionadas ao Mapa do Caminho para o Desmatamento Zero.

Em 2026, a CMADS ampliou sua articulação com outras comissões do CDESS, especialmente com a Comissão de Combate às Desigualdades (CCD) e a Comissão de Direitos e Democracia (CDD), integrando debates sobre sustentabilidade, direitos humanos, inclusão social e enfrentamento das desigualdades estruturais. As agendas envolveram temas como feminicídio, violência de gênero, educação cidadã, comunicação inclusiva e empreendedorismo social, contando com a participação de instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil.



5. Considerações Finais

No primeiro semestre de 2026, a CMADS consolidou debates e contribuições voltadas ao fortalecimento das políticas públicas relacionadas à transição ecológica justa, ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades sociais, territoriais e ambientais no Brasil. As discussões buscaram articular sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva, soberania alimentar, segurança hídrica, saneamento, restauração ambiental, transição energética, sociobioeconomia e desenvolvimento territorial em uma perspectiva integrada e transversal, alinhada ao Plano de Transformação Ecológica, às NDCs brasileiras, à Nova Indústria Brasil (NIB), à COP30 e aos "Pilares de um Projeto de Nação". A comissão também reforçou a importância da articulação entre governo, setor produtivo, academia, organizações da sociedade civil, agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais e demais atores territoriais na construção de estratégias sustentáveis e socialmente justas.

Ao longo do semestre, a CMADS destacou que a crise climática passou a impactar diretamente a economia, os sistemas produtivos, a segurança alimentar, a infraestrutura, a saúde pública e as condições de vida da população, ampliando desigualdades e vulnerabilidades sociais, especialmente em regiões periféricas, rurais e amazônicas. Nesse contexto, ganharam relevância os debates sobre adaptação climática, prevenção de desastres, saneamento básico, gestão hídrica, recuperação de áreas degradadas, combate ao desmatamento e proteção dos biomas brasileiros. Paralelamente, a comissão passou a atuar nas contribuições relacionadas ao "Mapa do Caminho do Desmatamento", compreendendo essa agenda como estratégica para fortalecer políticas integradas de monitoramento territorial, restauração ambiental e desenvolvimento sustentável.

Também se destacaram discussões sobre sociobioeconomia, economia circular, agricultura familiar, restauração florestal, cadeias produtivas sustentáveis e modelos econômicos de baixa emissão de carbono, associados à geração de emprego, renda e inclusão produtiva. A comissão ressaltou ainda a importância da governança ambiental, da rastreabilidade produtiva, da transparência institucional, do monitoramento ambiental e da participação social como instrumentos fundamentais para ampliar a efetividade das políticas públicas e consolidar uma transição ecológica socialmente equilibrada.

Para o segundo semestre de 2026, a CMADS pretende aprofundar ações relacionadas ao combate ao desmatamento, adaptação climática, segurança hídrica e alimentar, fortalecimento da sociobioeconomia, economia circular e integração entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Nesse processo, os "Pilares de um Projeto de Nação" permanecem como referência estruturante para orientar políticas públicas de longo prazo, reafirmando que sustentabilidade, desenvolvimento econômico e justiça social devem ser tratados de forma integrada na construção do futuro do país.



Ficha técnica

Coordenadora da CMADS:

Elaine Cristina dos Santos Caetano (Cristina Caetano)

Conselheiros inscritos:

Adilson Araújo, Ana Inoue, André Villas-Boas, Angelita Lima, Ayala Ferreira, Binho Marques, Caetano Scannavino, Caio Magri, Camila Moradia, Carlos Erane, Carlos Gilberto Carlotti, Carlos Luque, Cida Bento, Clemente Ganz Lúcio, Cleunice Matos Rehem, Denis Minev, Deryck Martins, Dira Paes, Divanir Higino, Elbia Gannoum, Elisa Wandelli, Esther Bemerguy, Fausto Filho, Fernanda Delgado, Francis Bogossian, Gilmar Mauro, Gino Paulucci, Gustavo Werneck, Guto Quintela, Handemba Santos, Jandaraci Araújo, Jeanine Pires, Josana Lima, José Carlos Martins, José Pugas, José Reginaldo Inácio, José Rodrigues (Doutor da Borracha), José Vicente, Joseph Couri, Josi Barbosa Malheiros, Julia Barreto, Laura Carvalho, Lourenço Bustani, Luana Pretto, Lucas Monteiro de Souza, Luciana Leite, Luisa Santiago, Mahatma dos Santos, Mais Moreno, Marcel Fukayama, Marcele Oliveira, Marcelo de Godoy Oliveira, Marcelo Moraes, Marcelo Vieira, Márcio Lopes de Freitas, Marcos Augusto Guerra, Marilene Corrêa, Marina Grossi, Matheus Silva, Miriam Nobre, Natalie Unterstell, Nelson Luiz Krupinski, Nilza Almeida, Patrícia Vilela Marino, Paulo Souza Neto, Pedro Rossi, Priscilla Nasrallah, Rafael Ceconello, Renata Piazzon, Ricardo Alban, Roberto Laureano Rocha, Roberto Medronho, Robson Sebastian Formica, Rodrigo Navarro, Rodrigo Sabatini, Romildo da Costa, Rose Gomes Monnerat, Roseli de Deus Lopes, Rosilane Jardim, Simone Gomes, Tatiane Costa, Teresa Vendramini, Txai Suruí, Vera Lúcia Travain, Violeta Loureiro, Virgílio Viana.

Anexo

TABELA 1 - REUNIÕES DA COMISSÃO REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
13/02/2026	Reunião CMADS	Avaliação das ações dos Pilares de um Projeto de Nação para 2026	CMADS e Conselheiros
31/03/2026	Reunião CMADS	Avaliação das ações dos Pilares de um Projeto de Nação para 2026 e propostas de soluções para as ações.	CMADS e Conselheiros
23/04/2026	Reunião CMADS	Áreas Degradadas e Restauração	MMA, CMADS e Conselheiros
11/05/2026	Reunião CMADS	Terras raras e Minerais Críticos	OCB, CMADS, outras comissões e Conselheiros

TABELA 2 - REUNIÕES ENTRE A CMADS E GOVERNO/ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
04/02/2016	Reunião CMADS	Arranjos Territorializados e Editais Redes;	CMADS/ SCTC/MCTI
05/01/2026	Reunião CMADS /Virtual	Projeto de monitoramento de mercúrio na população indígena Kayapó e projeto SISMOT	MMA, IBAMA, OCA, Casa Civil e CMADS
28/01/2026	Reunião CCD E CMADS	Panorama do Femicídio/áreas degradadas nos territórios urbanos e rurais	UNICEF
29/01/2026	Reunião CMADS presencial	SISMOT	Secretária Adjunta, Sra. Micheline (SAM)
03/02/2026	Reunião CDESS/CMADS	Projeto de tecnologia de monitoramento na Amazônia SPACE HUB	Secretária Adjunta Raimunda Nonata, CMADS e Reunião com Instituto Royale
09/02/2026	Reunião CMADS/Videoconferência	Plataforma de Egressos	MEC, OCB, BNDES, CDESS/CMADS
11/02/2026	Reunião CMADS presencial	Fortalecimento de energia para comunidades isoladas na Amazônia	CDESS/CMADS/ Conselheiro Virgílio Viana
11/02/2026	Reunião CMADS presencial	Cozinhas Solidárias	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS/CMADS e Conselheira Simone Gomes

3.Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
11/02/2026	Visita CMADS e Conselheira ao Projeto Cozinhas Solidária	Visita a Cozinha Solidária dos catadores de Brasília	CMADS e Conselheira Simone Gomes
27/02/2026	CMADS/CTITD	Edital Redes	CDESS/CTITD, CAPES, CNPq e SCTA/MCTI
12/02/202	Reunião CMADS	Plataforma de Egressos	BND, OCB, MEC/CDESS/CMADS
30/02/2026	Reunião CMADS	Energia, saneamento, áreas degradadas	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS/CMADS/Conselheiro Virgílio Viana
03/03/2016	Reunião CMADS	Edital redes	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS. -Sr. Júlio da CAPES/MCTI e SCTA/CNPQ
04/03/2026	Trabalho na equipe	Evento Palácio do Planalto – Feminicídio	CMADS/CDESS
06/03/2026	Reunião CMADS	Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI)	CDESS/CMADS SCTD/MCTI E CNPq
07/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Encontro Nacional: Avanços na Gestão PNRS	MMA
09/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Plano Nacional de Ação pelo resfriamento	MMA
11/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Workshop Restauração em Escala – Integração Federativa para a Vegetação Nativa	CNI/MMA
11/03/2006	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Cadastro Nacional Florestas Públicas	MMA
24 a 27/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	3º Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário	CONDRAF
12/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Integração federativa para avançar na implementação de recuperação da vegetação nativa em escala	MMA

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
13/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	3º Reunião Ordinária Global para a Integridade da Informação sobre Mudança Climática	SPDIGI/SECIM/MMA/ e MRE
18/03/2026	Reunião CMADS /Virtual	Reunião virtual sobre o SISMOT	PETROBRÁS, TCU E OUTROS
22/04/2026	Reunião CMADS/CAE	Reunião Mapa do Caminho Global;	Alguns Conselheiros
23/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Sessão solene Comemorativa 70 anos de Fundação do CNPq	CNPq
30/03/2026	Reunião CMADS	PAC (Energia Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento) – Territórios vulneráveis	Ricardo Buratini Secretário Adjunto II PAC
16 e 17/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Secretaria Geral da Presidência da república – Seminário Nacional para a regulamentação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB);	SG
28/04/2026	Reunião CMADS/CAE	Reunião sobre o Mapa do Caminho	CMADS/CAE e alguns Conselheiros
07/08/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Encontro Cidades Verdes Resilientes	MMA
13/04/2026	Reunião CMADS presencial	Pauta MAB (protocolo de ações referente as populações atingidas por eventos climáticos)	Reunião Mateus Silva e Robson Formica – Pauta MAB (protocolo de ações) e Assentamentos;
14/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Lançamento do Mapa do Caminho para a agenda legislativa.	Frente Parlamentar Mista Ambientalista
03/05/2026	Reunião CMADS	Apresentação da Plataforma de Egressos	CDESS/CMADS, OCB, MEC
13/05/2026	Reunião CMADS	Pecuária Sustentável; RRED+, Mecanização de baixo impacto na Amazônia, Tecnologias para menor impacto ao Meio Ambiente.	CMADS/CDES Reunião com o Secretário da Agricultura do Pará – CMADS e Secretaria Executiva Interina Raimunda Monteiro



4 | Comissão de Combate às Desigualdades



Sumário

1. RESUMO EXECUTIVO	50
2. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:	52
3. A COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	55
4. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES EM 2026	57
5. ENTREGAS ESTRUTURANTES E AGENDAS CONSOLIDADAS DA COMISSÃO COMBATE ÀS DESIGUALDADES	60
6. CONEXÃO COM OS TEMAS PRIORITÁRIOS DA CCD	61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
FICHA TÉCNICA	63



1. Resumo Executivo

1.1. A ESTRUTURAÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

A sociedade brasileira foi estruturada em torno de ações e escolhas políticas que ampliaram desigualdades e promoveram um afastamento da cidadania completa e universal, com igualdade de oportunidades, acesso a direitos e escolhas a todas as pessoas: quem abre, limpa e faz a cidade acontecer raramente vive a cidade na plenitude da cidadania, ocupando boa parte da vida para sobreviver a partir de um processo permanente de resistência e luta pelo básico.

As oportunidades e direito a acessar cidadania vão diminuindo de acordo com a raça, com o gênero, orientação sexual, condição física e financeira.

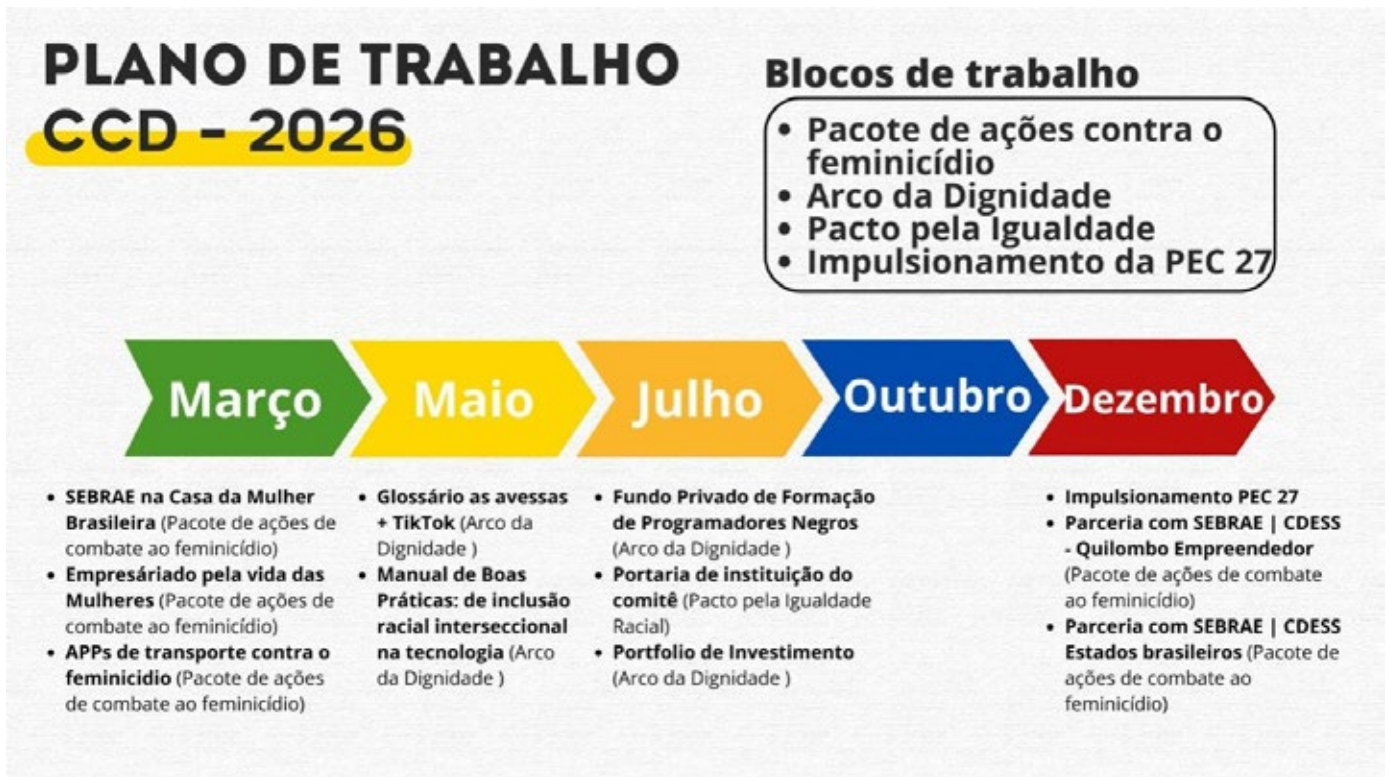
Nesse sentido, o objetivo prioritário da Comissão de Combate às Desigualdades - CCD neste semestre foi discutir sobre ações permitam que todas as pessoas brasileiras alcancem a cidadania plena e a capacidade de cumprir com os deveres para impulsionar desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Para avançar em seus objetivos a CCD adotou em suas reuniões uma abordagem de escuta qualitativa, antirracista, inclusiva e plural, tendo como procedimento metodológico, para além das reuniões regimentais, a realização de reuniões sistemáticas, presenciais e on-line, para a construção de propostas de ação: três semanas articulando parceiros, agentes públicos, Conselheiros e Conselheiras, movimentos sociais e academia para debates temáticos organizados para transbordamento de ideias; e duas semanas para envelopamento do "produto" resultante para apresentação interna da CCD. Assim, a cada dois meses há um produto finalizado a ser incluído na produção semestral com intenções de impacto imediato na base.

No processo de construção do primeiro semestre de 2026, a Comissão de Combate às Desigualdades centrou seu planejamento em quatro eixos: raça, gênero, território e transição demográfica traduzidos no seguinte Plano de Trabalho:

A lógica que orientou o Plano de Trabalho foi a de que o direito a humanidade, as oportunidades e a existência não pode ficar circunscritos ao privilégio de ter nascido com "a cor certa", morar no CEP validado e se situar na categoria literal do "sujeito universal": ser uma pessoa não branca impacta oportunidades, o CEP restringe direito ao emprego e a direitos fundamentais e de prospectar futuro, não ser homem limita acesso aos espaços de poder e decisão e envelhecimento sem proteção social limita/determina o quanto de cidadania e dignidade poderá ser acessado.

Ressalte-se esse relatório tem cor, tem a dor da exclusão em função de fatores que não são controláveis e que se transforma em combustível para a resistência e esperança de que o inédito viável é possível.



1.2. APRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CCD

A Comissão de Combate às Desigualdades é formada majoritariamente por ativistas, lideranças de movimentos sociais e comunitárias, docentes da educação básica e do ensino superior, pesquisadoras, institutos de combate às desigualdades em seus múltiplos formatos, movimentos negros, LGBTQIA+ e outras pessoas que vivenciam, para além dos conceitos, o alcance das desigualdades no cotidiano. São 93 integrantes, com diferentes graus de incidência e participação sistemática nos debates e encaminhamentos. A Coordenação é composta por 20 conselheiras e conselheiros, em sua maioria pesquisadoras e lideranças comunitárias e sociais.

O grupo busca potencializar pautas que gerem encaminhamentos e ajustes em pontos prioritários, para oxigenar, ajustar e ampliar os efeitos das ações e políticas públicas.

Informação de qualidade, crédito, condições de permanência no seu processo formal educativo, resgate da memória, história e cultura negra como estratégia para o combate a invisibilidade das infâncias negras, a transformação digital e seus impactos no mundo do trabalho, educação, empregabilidade e empreendedorismo foram temas de destaque ao longo de todo o primeiro semestre de 2026, sobretudo no âmbito do Grupo de Trabalho Potências Negras.



2. Propostas e Encaminhamentos

Em seu propósito central de acompanhar, avaliar e contribuir na melhoria de políticas públicas e na organização de pesquisas, debates e outras ações, a CCD se organizou em torno dos seguintes pontos e propostas:

I. Território como ponto estratégico para desenvolvimento econômico social e sustentável

O não reconhecimento do potencial econômico e cultural da periferia e a falta de escuta das pessoas que criam estratégias de resistência e sobrevivência nos territórios: a criação de propostas apartadas da realidade e criação de políticas de gabinete refletem o olhar sobre o mundo de quem não vive os fenômenos da exclusão; não contribui para diminuir desigualdades históricas: o que parece lógico para quem vive em territórios do burgo não é a realidade das margens. É preciso promover a ocupação dos espaços por empresas, serviços, serviços médicos, escolas e universidades para que as pessoas se fixem e não se envergonhem de seu CEP.

Propostas e encaminhamentos:

- Criação de programa federal dedicado ao desenvolvimento econômico em periferias urbanas de alta vulnerabilidade racial;
- Linha de crédito imobiliário comercial para empreendedores negros em periferias e centros urbanos degradados, conectando a pauta habitacional à de comércio e serviços; e
- Compras públicas com reserva territorial, estabelecendo percentual mínimo de contratos da União com fornecedores localizados em CEPs de alta vulnerabilidade racial, aplicando lógica análoga à da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas.

II. Interseccionalidade como pressuposto de política pública para inclusão e reparação

A necessidade da inclusão do conceito de interseccionalidade balizando as propostas de políticas públicas: a política pública e as iniciativas para viver e usufruir das cidades alcançam de forma diferente quem vive no centro e quem vive nas margens.

Os impactos das ausências são muito mais sentidos onde a miopia do poder público não enxerga as assimetrias em função do desconhecimento.

Propostas e encaminhamentos

- Digitalização do Glossário às avessas pelo Instituto Nós por Elas, Parceiro da Plataforma Tiktok;
- Manual de Boas Práticas de inclusão em Tecnologia;
- Glossário às Avessas para concessão do Selo UNICEF.

Ministérios envolvidos: Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Igualdade Racial e Ministério da Ciências e Tecnologia

III. Transição demográfica

O envelhecimento sem proteção social rouba dignidade das vivências periféricas: é mais difícil conseguir atendimento médico de acordo com o território e é necessário intensificar proteção para as pessoas 55+: a falta de propostas para enfrentamento da transição demográfica começa a se estruturar em uma nova forma de desigualdade com o despreparo das cidades em conviver com o envelhecimento de sua população.

Para as pessoas que envelhecem sem proteção social as ausências se intensificam, a precariedade da existência se amplia e a exclusão rouba a dignidade. Esse debate ainda está no início e está circunscrito ao Grupo de Trabalho Potências Negras, a Diretoria de ASG do Banco do Brasil e o Instituto Future In Black, que se reúnem periodicamente para além as reuniões regimentais, em metodologia própria, para contribuir na ampliação de temas essenciais ao combate às desigualdades. Esse Grupo atua também na inclusão de pessoas negras, trans e mulheres no ecossistema tecnológico por meio da produção de estudos de viabilidade para concessão de bolsas de estudos para preenchimento de cargos em todas as esferas do ecossistema e pode ser uma estratégia eficaz também para combater a exclusão promovida pelo etarismo.

Propostas e encaminhamentos

- Criação de uma estrutura administrativa para articular políticas preditivas e planejar a adequação da transição do país do futuro para o país da maioria da população 55+ com acessibilidade, empregabilidade e proteção social: a transição de carreira é pensada para classe média e classe média alta. O que fazer com a base da pirâmide que está vivendo mais e teve uma inconstância em seu processo de (sobre) vivência econômica?
- Reconhecimento do tempo no cuidado familiar como tempo para a aposentadoria para trabalhadoras domésticas com histórico comprovado de informalidade, via procedimento simplificado pelo INSS, e o reconhecimento do tempo dedicado ao cuidado familiar não remunerado, com limite temporal definido, como tempo de contribuição;
- Financiamento para instituições de longa permanência para idosos em territórios periféricos, possibilitando que as mulheres, quase sempre responsáveis pelos cuidados de crianças e idosos e chefes de família, possam exercer atividade produtiva além de cuidar dos mais velhos;
- Articulação com fundos de pensão e seguradoras para criação de produtos previdenciários acessíveis a trabalhadores informais, com contribuição flexível;
- Articular Política nacional e transversal de indicadores juntando IBGE, Cadastro Único, RAIS, DataSUS, INEP, Receita Federal em um sistema unificado de indicadores raciais que poderia gerar: obrigação legal de publicação de indicadores raciais em todas as políticas federais, nos moldes do Orçamento Cidadão. Painel público de monitoramento, com dados atualizados anualmente e acessíveis ao controle social, permitindo que estados e municípios contribuam e consumam dados.

Conselheiros e Conselheiras diretamente envolvidos: Ana Fontes, Monica Veloso, Nina da Hora, Jeovani Salomão, Viviana Santiago, Camila Moradia, Handemba Mutana Poli dos Santos, Elaine Nascimento, Fayda Belo, Adriana Marcolino, Pedro Rossi.

Ministérios envolvidos: SRI/Ministério das Mulheres – MM /Ministério dos Direitos Humanos – MDH/Ministério da Igualdade Racial – MIR.

Parceiros: Banco do Brasil, SINDSEI, Rede Mulher Empreendedora – RME e Força Sindical, Sistema S, UBER, 99, Tiktok e AMOBITEC e Future in Black.

IV. O combate à violência doméstica e de gênero como essencial para debelar desigualdades

A violência contra mulheres precisa ser combatida com prevenção que se organiza em torno de educação, se fortalece com geração de renda e autonomia financeira feminina, se desconstrói a partir do entendimento de que antes do gênero vem o direito à humanidade.

Propostas e encaminhamentos

- Seminário de Combate ao Feminicídio e a violência doméstica, APPs de transporte contra o feminicídio, economia solidária e de cuidados: quando o Estado é rede de apoio de fato;
- Memorando de Entendimento para indução de mulheridades negras, indígenas e trans da economia solidária, do nanoempreendedorismo e vítimas de violência doméstica e de gênero no comércio exterior por meio de formação e estímulo para apresentação de sua produção em feiras internacionais;
- Indução para criação de redes de cooperativismo, na economia solidária e empreendedorismo como estratégia para geração de renda;
- Crédito especial para mulheres negras e vítimas de violência doméstica, do tipo minha casa minha vida especial para elas: dados estatísticos comprovam que mulheres negras levam 178 anos para adquirir um imóvel: normalmente a renda da mulher negra, mesmo aquela que alcança um patamar diferenciado salarial, é compartilhado com seu núcleo familiar.

V. Iniciativa Especial: Arco da Dignidade da População Negra

Em reunião realizada em maio de 2026 o Banco do Brasil, parceiro nas ações e propostas do Arco da Dignidade da População Negra, propôs que o Arco fosse incorporado ao Pacto da Igualdade Racial, do qual a Secretaria de Relações Institucionais é signatária juntamente com o Ministério da Igualdade Racial – MIR. Vale ratificar que essa proposta já vinha criando corpo na gestão anterior do MIR, mas, em função do volume de trabalho da comissão e da necessidade de centrar esforços na proposição do combate ao feminicídio ocupou um espaço significativo do semestre.

4. Comissão de Combate às Desigualdades

No âmbito desta CCD acredita-se ser necessário retomar o conceito contido na Proposta do Arco: O Arco da Cidadania e Direitos do Povo Negro é uma resposta da Comissão de Combate às Desigualdades a invisibilidade produzida pela vulnerabilidade. O CDESS tem favorecido as iniciativas e canais de diálogo que coloquem a pauta racial em lugar de destaque na agenda social e política brasileira, com destaque para cidadanias e identidades legítimas não alcançadas pelas políticas públicas em função da invisibilidade que a vulnerabilidade agrega as vivências.

As ações, projetos e reuniões desenvolvidos no âmbito da Comissão de Combate às Desigualdades produziram propostas e mapearam boas práticas que podem incidir na ampliação desses canais de comunicação e favorecer mudanças de perspectivas sociais pelo empoderamento da população que nem se reconhece como cidadã pela falta de acesso a direitos ratificadores da condição.

Na primeira metade da incidência do Arco ele se concentra em três pontos: formação de lideranças negras para ocupar espaços no setor público e privado; combate ao genocídio da juventude negra por meio do reconhecimento do potencial cultural e econômico dos territórios periféricos (economia criativa); e transição de "carreira" para pessoas não brancas e não incluídas na lógica do sujeito universal na cadeia produtiva com sustentabilidade e novos formatos para proteção social.

Nesta perspectiva, Arco da Dignidade, Direitos e Cidadania do Povo Negro apresenta uma proposta de reparação estruturada sobre emprego decente, inclusão pela tecnologia e educação com reconhecimento da importância dos griots.

Propostas e encaminhamentos

- Articulação e cisão do Arco da Dignidade com o Pacto Pela Igualdade Racial;
- Criação de Planos de Trabalho para dar sequência às propostas e iniciar sua materialidade;
- Articular Pacto para Igualdade Racial, Arco da Dignidade e Pilares de Projeto de País.

Conselheiros e Conselheiras: Ana Fontes, Monica Veloso, Nina da Hora, Jeovani Salomão, Viviana Santiago, Camila Moradia, Handemba Mutana Polidossantos, Elaine Nascimento e Douglas Belchior, Fayda Belo, Adriana Marcolino.

Ministérios envolvidos: SRI/MM/Ministério dos Direitos Humanos/MIR (vale ratificar que de cada 10 mulheres que perdem a vida em função do gênero 7 são negras, pobres, periféricas, mães, chefes de família e sem renda fixa), Ministério das Mulheres, IBICT/MCTI e APEX.

Parceiros: Banco do Brasil, SINDSEI, RME, Força Sindical, Sistema S, Tiktok, Instituto Future in Black, Instituto de Referência Negra Peregum.

3. A Comissão de Combate às Desigualdades no contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

“Todo dia eu renovo a fé em Deus e no povo brasileiro. Na força de quem se levanta cedo, enfrenta dificuldades, cultiva esperança e nunca desiste de seus sonhos. Você que cuida, que ensina, que pega ônibus cheio, que planta, colhe, cozinha e constrói tenha uma certeza: O Governo do Brasil está ao seu lado.”

**Luís Inácio Lula da Silva,
Presidente do Brasil**

Publicação oficial em 30/04/2026

O objetivo da CCD apresenta a aderência ao Pilares de Projeto de Nação: pautar desenvolvimento econômico com sustentabilidade, igualdade de oportunidade e distribuição equitativa dos espaços de poder e decisão resulta em uma sociedade em que as desigualdades se ampliam na medida da produção da riqueza para poucos que mantém a miséria de muitos. Logo, combater as desigualdades nas vivências é condição básica para desenvolvimento social e sustentável.

Os treze pontos em que se desdobram os Pilares articulados aos eixos que a CCD tem se dedicado ao longo do último ano reafirmam a liderança do Brasil em projetos geopolíticos e soberanos com combinação de justiça social e racial, ocupação planejada em territórios periféricos para promoção de desenvolvimento econômico sustentável e com escuta e respeito as vivências e culturas locais e inclusão de fato e próspera das maiorias excluídas das vivências plenas em cidadania.

O desenho que se avizinha na organização e planejamento de políticas preditivas e da nova indústria Brasil, combinadas com uma educação universal, laica e gratuita, articulam trabalho digno e proteção social, justiça tributária que produz justiça racial, ciência e tecnologia com propósito também de criar estratégias para não exclusão dos idosos de processos de vivências cidadãs, plenas e com qualidade de vida, inclusão de fato de mulheridades em toda sua pluralidade nos planejamentos e propostas para desenvolvimento e pertencimento nas cidades, acessibilidade, mobili-

dade urbana e direito a usufruir da cidade com lazer nas praças, parques e outros espaços urbanos.

No primeiro semestre de 2026, a CCD implementou um plano de trabalho estratégico com o objetivo primordial de combater o feminicídio e a misoginia. As ações foram direcionadas à promoção da autonomia econômica e empregabilidade de mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade, por meio de iniciativas abrangentes que englobaram o combate direto ao feminicídio, a promoção da dignidade e a busca pela igualdade. Este esforço colaborativo com parceiros estratégicos visou consolidar um impacto significativo na redução das desigualdades.

As atividades desenvolvidas incluíram:

- i)** parcerias com o SENAC-DF para a Casa da Mulher Brasileira e centros de referência do DF, oferecendo cursos de formação e desenvolvimento profissional;
- ii)** desenvolvimento do projeto: “Jornada da autonomia econômica na Casa da Mulher Brasileira: Guia prático para administração da casa.”. Uma parceria entre a Secretaria de Relações Institucionais, Ministério das Mulheres, Ministério do Trabalho e Emprego, ONU mulheres, Rede Mulheres Empreendedoras, SEBRAE Nacional e SENAC-DF.
- iii)** o lançamento do projeto “Empresariado pela vida das Mulheres”;
- iv)** lançamento da campanha 180 em apps de transporte e mobilidade;
- v)** a digitalização do “Glossário às avessas” em formato de “pílulas” de conteúdo pelo TikTok, com um modelo piloto de 20 palavras e meta de 1 milhão de visualizações por vídeo, financiado pelo Instituto Nós Por Elas;
- vi)** a realização da valorização de empreendedoras negras na Feira de Hannover, com a colaboração da Comissão de Assuntos Econômicos, do consórcio Enterprise Europe Network, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX e do TikTok; e

4. Comissão de Combate às Desigualdades

vii) parceria com a UNICEF para a criação do selo, com o "Manual de Boas Práticas" previsto para o próximo semestre.

No segundo semestre a Comissão retornará com a pauta racial, como o Fundo Privado de Formação de Programadores Negros, o "Portfólio de Investimento", e o impulsionamento da PEC 27.

O encerramento das atividades do semestre será marcado pelo seminário de combate ao feminicídio em Teresina/PI, consolidando o compromisso da CCD com a pauta do combate à violência doméstica e ao feminicídio como parte essencial da criação de um sistema de proteção e cuidado com a vida de meninas e mulheres.

Iniciamos essa seção com uma epígrafe criada a partir de um discurso do Presidente Lula aos Trabalhadores e Trabalhadoras com intenção de esperaná-los na criação do inédito viável: tivemos um trabalho hercúleo nos últimos três anos. Recuperar direitos sequestrados, recuperar a confiança e respeito internacional, defender a soberania e o lugar de destaque do Brasil no cenário internacional, sair do mapa da fome pela segunda vez, diminuir as assimetrias que separam o Brasil da prosperidade, da segurança e da fartura do Brasil em que as políticas públicas precisam ser reforçadas, ajustadas e ampliadas para garantir o direito as oportunidades. Há muito ainda a ser feito, mas, já recuperamos um ponto essencial: a certeza de que desigualdades são combatidas e direitos são estendidos quando há vontade política de um Brasil em que todos as pessoas tenham lugar, vez e voz. E, isso nós temos!

4. Governança e Dinâmica de Funcionamento da Comissão de Combate às Desigualdades em 2026

As pautas prioritárias do primeiro semestre de 2026 foram: i) Interseccionalidade como fator de ampliação do alcance das políticas públicas; ii) Glossário às Agressões no enfrentamento ao racismo linguístico; e iii) Transição demográfica: menos nascimentos e maior longevidade.

Debate sobre a política de cuidados e as novas frentes de trabalho geradas pela economia do cuidado e da longevidade, considerando impactos nas organizações sociais, no desenvolvimento econômico sustentável e na autonomia econômica das mulheres.

Uma síntese da última reunião temática do semestre contribui para deixar nítido o fator interseccional que tem dado o tom nos debates e encaminhamentos da CCD: A pauta foi "Economia de Cuidados e Economia Solidária" (com participação majoritariamente feminina), a qual sinalizou os seguintes encaminhamentos:

- Mapeamento e integração: Prospectar políticas já existentes nas diferentes instituições e órgãos do governo federal para integrar bases de dados e indicadores sobre economia de cuidados.
- Orçamento e incentivos: Organizar planejamento reverso para induzir destinação orçamentária e criar lei de incentivo fiscal para cozinhas solidárias. Ajustar condicionalidades para ampliar a adesão de mulheres, especialmente mulheres negras.
- Jornada de trabalho: Atentar para que o fim da escala 6x1 não amplie a jornada diária nem reduza salários. Sem essas condicionalidades, os efeitos para a vida das mulheres podem ser perversos em vez de benéficos.
- Espaço público e cultura: Praças, parques e outros espaços públicos, sobretudo nas periferias, precisam ser organizados como espaços de lazer e cuidado com a saúde mental. As propostas culturais devem considerar a vocação e a produção de cada território. Lideranças do hip-hop, slams, forró e rap são referências centrais nessa construção.

As reuniões do Grupo de Coordenação se desdobraram em debates liderados por Conselheiros e Conselheiras especialistas e com aderência ao tema:

i. Ana Fontes debateu o empreendedorismo como estratégia para promoção da autonomia financeira e provocou o grupo a criar espaços de proteção social e econômica que contribuam para desmistificar a ideia recorrente de que empreender é precarizar trabalho;

ii. Elaine Nascimento fez uma apresentação que destacou as assimetrias provocadas pela interseccionalidade e como elas impactam de maneira ainda mais perversa a vida das mulheres e todas as suas pluralidades. O principal encaminhamento deste encontro se organiza em torno da concertação da necessidade de as ações de combate às desigualdades se estruturarem considerando os impactos do conceito;

iii. Alcielle dos Santos trouxe a importância do entendimento da Economia de Cuidados e Economia Solidária no fortalecimento de um projeto de nação em que as oportunidades sejam estendidas. A vida das meninas e mulheres protegida, cuidada e valorizada e que o direito a dignidade não seja mais uma sobrecarga destinada somente às mulheres;

iv. O Grupo Potências Negras (acrescido das Conselheiras Fayda Belo, Nina da Hora, Handemba, Jeovani Salomão e Elaine Nascimento) desenvolveu, em parceria com o Conselho da Federação, um Seminário a ser realizado ainda em junho de 2026 que tem a intenção de ser um desdobramento ao I Seminário de Combate ao Femicídio a ser realizado no Piauí.

Paralela e conjuntamente a esses temas elencados como prioritários, a CCD continuou a articulação em torno da aproximação das ações propostas pelo Arco da Dignidade da População Negra e a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2024, principalmente sobre: o fortalecimento de lideranças negras em espaços públicos e privados como parte de um projeto de inclusão de fato; a necessidade

4. Comissão de Combate às Desigualdades

de reforçar memória, história e referências para as infâncias negras; o impacto da linguagem racista na formação da autoestima das infâncias negras; o combate ao genocídio a juventude negra a partir do entendimento e estímulo às produções culturais que dialogam diretamente com essas juventudes; e a utilização da tecnologia e as oportunidades de empregabilidade no setor por meio da criação de fontes de financiamento para que as pessoas negras não precisem abandonar os estudos para acesso a essas oportunidades para sobreviver e o envelhecimento das pessoas negras, sobretudo aquelas que passaram grande parte da vida na informalidade, sem proteção social. Para esses debates além dos Conselheiros da CCD temos contado com parceiros no governo do MDHC, MIR, MINC, APEX e MDIC.

Importante destacar que a sociedade civil tem se feito representar para além das instituições e agentes da sociedade civil presentes como Conselheiros e Conselheiras: associações de tecnologia, institutos, ativistas e outras secretarias e agentes dentro do governo federal. Podemos destacar entre essas pessoas e agentes:

i. O Sistema S por meio do SEBRAE – Nacional e do SENAC/ Distrito Federal e Piauí para desenho de uma proposta da organização do Guia da Jornada da Casa da Mulher Brasileira;

ii. Movimento Negro Unificado - O MNU, por meio de sua coordenação tem mobilizado agentes e instituições pela justiça racial e o Conselho tem colocado em pauta destacada a justiça racial, contribuindo para avanços de programas e ações importantes, como por exemplo, o envelhecimento da população negra sem proteção social.

iii. SINDESEI na articulação, proposição e organização de ações e propostas para inclusão racial, de gênero e territorial por meio das oportunidades de emprego no ecossistema tecnológico e no combate à violência contra meninas e mulheres por meio da criação de soluções tecnológicas simples;

iv. Future in Black – no fortalecimento de ações para fortalecimento de lideranças negras e ocupação de espaços estratégicos para promover justiça racial que promover justiça social e desenvolvimento social e econômico;

v. UNICEF – para promoção e acesso a direitos, pertencimento e visibilidade das infâncias negras por meio da inclusão do Glossário às Aversas no "enxoval" necessário para concessão do Selo UNICEF;

vi. Associação Brasil- Coréia: promoção de ações de combate à violência doméstica e de gênero por meio dos esportes e proposição de ações da potencialização da economia solidária e do empreendedorismo social como estratégia de autonomia financeira de mulheres;


vii. Instituto Nós por ELas/Tiktok: digitalização do Glossário às Aversas e desenvolvimento de empreendedoras negras da economia criativa e social para o comércio exterior com formação para os desafios que circundam a evolução nestes aspectos e impulsionamento em grandes feiras da economia mundial;

viii. APEX e IBICT no desenvolvimento da plataforma formativa para o Potências Negras Global que formará nanoempreendedoras majoritariamente negras e periféricas para o comércio exterior;

ix. RME A RME Rede Mulher Empreendedora atua há 16 anos com foco em geração de renda pra mulheres através do empreendedorismo e empregabilidade A metodologia foca em educação, mentoria, conexão e acesso a recursos financeiros como ferramentas de combate à violência contra mulheres promovendo a autonomia econômico-financeira;

x. O Banco do Brasil - parceiro estratégico e fundamental na organização, apoiando a viabilização e execução de ações de combate ao racismo em suas diversas manifestações, sendo signatário de Carta de Compromisso por meio da qual adere ao Pacto pela Igualdade Racial;

xi. Pacto Global da ONU – Participação ativa no Comitê Raça e indução de ações que fortaleçam combate ao racismo em todas as suas manifestações e formação de lideranças negras nas empresas públicas e privadas. Atualmente a CCD está contribuindo na proposição e organização de ações para potencializar a estruturação da ODS – 18 em articulação com as propostas do Arco da Dignidade da População Negra.



5. Entregas estruturantes e agendas consolidadas da Comissão Combate às Desigualdades

I. Articulação das Entregas da CCD – 2026.1 com os Temas Prioritários e os Pilares de Projeto de Nação

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Combate às Desigualdades estruturou suas entregas a partir da interseccionalidade entre raça, gênero, território e classe. As três principais ações do período — Manual de Boas Práticas em Tecnologia, Digitalização do Glossário às Aversas pelo TikTok e Programa de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e ao Femicídio — traduzem, na prática, os temas prioritários da Comissão e dialogam diretamente com os Pilares de Projeto de Nação.

II. Manual de Boas Práticas em Tecnologia

Documento construído em parceria com desenvolvedores, pesquisadoras e movimentos periféricos. Estabelece diretrizes para combater o racismo algorítmico, garantir acessibilidade digital e promover inclusão produtiva de mulheres negras e pessoas 40+ no setor de tecnologia. O manual propõe auditorias de vieses, contratação afirmativa em TI e uso de tecnologia social para gerar renda em territórios periféricos.^{1,2} Digitalização do Glossário às Aversas pelo TikTok

III. Transformação do Glossário em série audiovisual de 60 segundos

Com linguagem popular e protagonismo de jovens de favelas e quilombos. A ação enfrenta o racismo linguístico, ocupa plataformas digitais com narrativas antirracistas e forma multiplicadores em letramento racial.

IV. Contribuições ao Seminário de Prevenção à Violência Doméstica e ao Femicídio

Articulou movimentos sociais, coletivos de hip-hop e demais agentes presentes nos espaços periféricos para criar redes locais de proteção. Implementou protocolo de escuta segura em equipamentos públicos com o fortalecimento dos cronogramas da liberdade, formação de agentes comunitárias de justiça e mapa colaborativo de serviços. A abordagem conecta segurança pública, autonomia econômica e cuidado como política estruturante.

V. Campanha “ligue 180” - parceria com aplicativos de transporte e mobilidade

Em resposta ao chamado do Presidente feito na última plenária de 2025 do Conselho, o início do ano foi marcado com uma forte aproximação junto ao Ministério das Mulheres, principalmente com a coordenação do 180. Em janeiro, a coordenação do canal informou a possibilidade de atender uma demanda maior que a atual, logo a Comissão se prontificou em elaborar a estratégia de comunicação e difusão do canal de atendimento 180, junto à Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência do Ministério das Mulheres. Para tal feito, mobilizaram-se as plataformas de transporte como Uber, 99, Ifood e Lalamove, através da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec). A parceria concretizou-se através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Amobitec, representante das plataformas, e o Ministério das Mulheres. O acordo, previsto e cumprido, teve como objetivo divulgar a campanha “ligue 180” e o Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Femicídio durante o mês de março em suas plataformas.

Além da divulgação, pretendia-se analisar o impacto da ação durante o mês de março de 2026 em comparativo com os outros anos, tanto em números absolutos quanto por regiões, com a finalidade de avaliar sua eficácia para subsidiar futuros programas e políticas. Notou-se um aumento nos atendimentos pelo WhatsApp de 113,44% em relação a março de 2025, 2.395 atendimentos pelo canal em 2025 e 5.112 em 2026. Um aumento das ligações atendidas 20,14%, 76.890 atendimentos pelo canal em 2025 e 92.377 em 2026. Por fim, também se registrou um aumento de 24,59% das denúncias, 13.394 registros em 2025 e 16.687 em 2026 (dados da coordenação do 180).



6. Conexão com os Temas Prioritários da CCD

6.1. MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Propõe o reposicionamento de agentes que trabalham com tecnologia na disputa tecnológica a partir da diversidade. Não há soberania digital sem enfrentar racismo algorítmico e sem incluir a população negra e periférica como produtora de tecnologia, não apenas usuária.

6.2. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS COMO BASE ESTRUTURANTE

A digitalização do Glossário ocupa o debate público e afirma que linguagem é território de disputa política. Combater o racismo linguístico é garantir direito à memória, à história e à dignidade. É democracia substantiva.

6.3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E DISTRIBUTIVO

O Programa de Combate à Violência Doméstica ancora a economia do cuidado como setor estratégico. Cozinhas solidárias, agentes de cuidado e redes de proteção geram trabalho, renda e proteção social nos territórios, respondendo à transição demográfica. Cuidar é infraestrutura: sem cuidado, não há desenvolvimento.

6.4. ESTADO ATIVO E ARTICULADOR DE TERRITÓRIOS

As três entregas exigem integração de bases de dados, orçamento induzido e leis de incentivo fiscal. Apontam para um Estado que planeja a partir das periferias, reconhece o cuidado como política pública e usa a cultura hip-hop, slam e forró como tecnologia social de mobilização.

6.5. SÍNTESE: DO DIAGNÓSTICO À ENTREGA

Em 2026.1, a CCD operou sob a premissa de que não existe Projeto de Nação sem enfrentar a transição demográfica com proteção social, sem economia do cuidado e sem periferia no centro do orçamento.

O racismo estrutura a falta de acesso à tecnologia e à justiça. A desigualdade de gênero sustenta a violência e a sobrecarga do cuidado não remunerado. A ausência do Estado nos territórios aprofunda a vulnerabilidade diante da longevidade e da automação do trabalho. Por isso, as entregas da CCD não são ações isoladas: são protótipos de país. Um país onde código é auditado por viés racial, onde TikTok é ferramenta de letramento antirracista, e onde cozinhas solidárias são reconhecidas como equipamento público de prevenção ao feminicídio e de geração de renda.

Quem abre e limpa as cidades precisa também programar seus algoritmos, narrar suas histórias e decidir seu orçamento. Esse é o Projeto de Nação que a CCD ajudou a pavimentar em 2026



7 Considerações Finais:

■ Contribuição da Comissão de Combate às Desigualdades Para a Fase de Implementação dos Pilares de um Projeto de Nação

O combate às desigualdades demanda um “como”, “de que maneira”, “por quais meios” e “quando” o racismo e o sexismo serão severamente confrontados por ações que mantenham plantados os nossos pés e os pés das nossas pessoas vivas; todos os pés de toda gente viva do planeta plantados sobre um solo comum. Nós não mais empenharemos nossos esforços e a nossa inteligência para levantar novos dados violentos conhecidos por todas as pessoas porque a nossa ideia de “combate” à segregação racial e de gênero reivindica uma agenda que compartilhe dia e hora quando uma democracia participativa e representativa será estendida para toda a população brasileira, tal qual lemos na Constituição Federativa da República, conquistada há 36 anos.

Tomamos as políticas públicas por programas desenhados, implementados e monitorados pelo Estado Democrático de Direito, com o objetivo prioritário de preservar o acordo societário firmado entre o conjunto de pessoas brasileiras, bem como aquelas não brasileiras assentadas em nosso território.

Antecipadamente, compartilhamos a certeza de que quaisquer dos “valores supremos” listados pela nossa Carta Magna dependem da noção de igualdade de oportunidades porque as reivindicações de grupos socialmente minoritários dependem do reconhecimento da nossa história, dos acordos oficiosos assinados portas cerradas e, de modo prioritário e urgente, de estratégias de enfrentamento das violências que são também múltiplas.

As entregas da Comissão de Combate às Desigualdades em 2026 consolidam os eixos de raça, gênero, território e transição demográfica como indissociáveis na reconstrução do país. Alinhadas às diretrizes transversais dos Pilares de Projeto de Nação do CDESS, essas ações traduzem equidade étnico-racial, de gênero, LGBTQIAP+ e para pessoas com deficiência, enfrentamento das desigualdades territoriais, transição demográfica, soberania e desconcentração de renda em prática concreta e sistêmica.

Rompendo com a lógica fragmentada da gestão pública, a CCD reafirma o papel do CDESS como espaço de construção de sentido nacional: um lugar onde democracia substantiva, desenvolvimento sustentável e valorização do trabalho se encontram para garantir que a estabilidade se combine com ousadia e a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social.

Assim, raça, gênero, território e longevidade deixam de ser pautas setoriais e passam a estruturar um Projeto de Nação em que desenvolvimento só tem sentido quando é para todos, e quando quem abre e limpa as cidades também decide seus algoritmos, suas políticas e seu orçamento.

Ficha técnica

Coordenadora da CCD:

Rosângela Hilário

Grupo Coordenador:

Alcielle dos Santos; Ana Fontes; Caio Magri; Camila Moradia; Christian Tadeu; Handemba Santos; João Domingos; Josana Lima; José Vicente; Mônica Veloso; Nilza Valéria; Paola Carvalho; Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko); Rosa Negra; Simone Gomes; e Viviana Santiago.

Conselheiros Inscritos:

Adilson Araújo, Alcielle dos Santos, Alessandro Sorriso, Altair Vilar, Ana Fontes, Ana Inoue, Antonio Carlos dos Santos (Vovô do Ilê Ayiê), Ayala Ferreira, Bela Gil, Benilda Brito, Berenice Gomes da Silva, Bianca Borges, Binho Marques, Bruna Benevides, Caetano Scannavino, Caio Magri, Camila Moradia, Carolina Ricardo, Celso Kleber, Christian Tadeu, Claudia Maciel, Cleide Alves, Clemente Ganz Lúcio, Dira Paes, Dirlene Silva, Dona Gi Carvalho, Elaine Nascimento, Elisa Wandelli, Fausto Filho, Fayda Belo, Fernanda Garibaldi, Fernanda Ribeiro, Fernando Guimarães, Francisco Dal Chiavon, Geyze Diniz, Gilmar Pereira, Glória Guimarães, Handemba Santos, Heleno Araújo, Jeovani Salomão, Joana Célia dos Passos, João Carlos Nogueira, João Domingos, Josana Lima, José Reginaldo Inácio, José Vicente, Julia Barreto, Kalyne Lima, Leonildo Monteiro, Ligia Moreiras, Lilia Moritz Schwarcz, Linda Rosa, Luana Génot, Luana Pretto, Luciana Leite, Luiza Helena Trajano, Marcele Oliveira, Marcelo Tragtenberg, Maria Auxiliadora dos Santos, Maria Luiza Alencar Feitosa, Maria Paula Dallari Bucci, Mariana Luz, Marlova Noletto, Matheus Silva, Miriam Nobre, Moacyr Auersvald, Mônica Veloso, Nelson Luiz Krupinski, Nilza Valéria, Nina da Hora, Paola Carvalho, Patrícia Audi, Penildon Filho, Philip Yang, Reinaldo Bulgarelli, Renato Meirelles, Renê Silva, Ricardo Henriques, Robson Sebastian Formica, Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko), Rodrigo Sabatini, Rogerio Sottilli, Rosa Negra, Simone Gomes, Tâmis Parron, Tania Bacelar de Araújo, Tatiane Costa, Toni Reis, Viviana Santiago, Wania Sant'Anna e Wilson Ramos Filho (Xixo).



5 | **Comissão
de Assuntos
Econômicos**



Sumário

1. RESUMO EXECUTIVO	66
2. APRESENTAÇÃO DA CAE	67
3. A CAE NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	68
4. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	69
5. ENTREGAS E AGENDAS	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
FICHA TÉCNICA.....	73



1. Resumo Executivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), dedica-se a elaborar propostas para um desenvolvimento econômico justo, inclusivo e sustentável. No primeiro semestre de 2026, a CAE desenvolveu discussões voltadas à melhoria das condições de trabalho, à justiça fiscal e orçamentária, à transição energética, à mobilidade urbana justa, à modernização de indicadores econômicos e à promoção de investimentos sustentáveis. Essas ações se alinham aos Pilares de um Projeto de Nação ao promover justiça social, crescimento com responsabilidade fiscal e sustentabilidade ambiental.

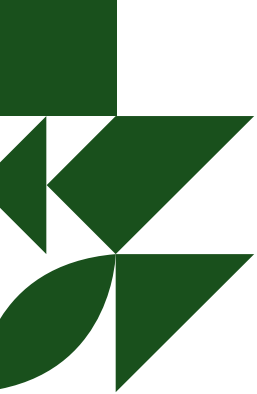
Dentre as iniciativas prioritárias, destaca-se a articulação para o fim da escala de trabalho 6x1. A Comissão realizou reuniões com diferentes setores empresariais representados no CDESS, para entender os impactos nestes setores e para mapear sugestões de políticas governamentais que mitiguem eventuais impactos negativos.

Na agenda climática, a CAE entregou à Presidência da COP30 um documento com recomendações para o Mapa do Caminho Global fora dos fósseis e prepara um mapa doméstico que oriente o país na transição energética. Essas recomendações foram elaboradas em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS do CDESS, a partir das contribuições feitas pelos conselheiros e conselheiras especialistas no assunto.

A Comissão também se empenhou em discutir a ampliação do financiamento para o transporte público no Brasil bem como a viabilização da tarifa zero, especialmente na discussão do Marco Legal do Transporte Público como ordenamento fundamental para alcançar esse objetivo. Foram construídos diálogos com os setores empresariais, sociedade civil, bem como outros ministérios, para entender o andamento dessa discussão e propor eventuais caminhos. Além disso, foram realizadas incidências dentro do governo para a validação e aproximação à pauta do Marco Legal.

Outra frente foi a construção e articulação para a criação de um Índice Complementar ao PIB – o Índice de Prosperidade – a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para medir a economia brasileira de forma mais abrangente, tendo a prosperidade como norte.

Por fim, a Comissão finalizou a parceria para a consolidação do portfólio de investimentos sustentáveis, ampliando as oportunidades de financiamento de projetos que gerem crescimento com responsabilidade social e ambiental.



2. Apresentação da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi instaurada pelo CDESS em 3 de julho de 2023, durante reunião realizada em Brasília. A instalação contou com a presença de ministros, do secretário-executivo do CDESS e de lideranças sindicais, empresariais, ativistas e acadêmicos, sinalizando o papel plural da comissão.

O CDESS, conhecido também por Conselhão, é um órgão de assessoramento imediato do Presidente da República. Seu trabalho visa assessorar o Presidente na formulação de políticas para o desenvolvimento econômico social sustentável, apreciar propostas de reformas estruturais e articular setores da sociedade.

A CAE, como comissão temática, é responsável por subsidiar políticas voltadas ao crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade. Sua composição reúne conselheiros que representam trabalhadores, empresários, academia e governo, garantindo diversidade e pluralidade.

No primeiro semestre de 2026, a CAE concentrou sua atuação em seis frentes estratégicas:

- i. negociar o fim da escala de trabalho 6x1;
- ii. discutir mecanismos para um orçamento público favorável ao crescimento justo;
- iii. contribuir para o Mapa do Caminho fora dos fósseis;
- iv. articular a aprovação do Marco legal do Transporte Público e construir propostas de tarifa zero no transporte público;
- v. desenvolver parceria para a construção de um índice complementar ao PIB, ou índice de prosperidade; e
- vi. finalizar um portfólio de investimentos sustentáveis.

Esse foco evidencia a centralidade da justiça econômica como dimensão estruturante do Projeto de Nação.



3 A CAE no Contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

O Projeto de Nação construído e articulado pelo CDESS organizou contribuições dos conselheiros a políticas e ações que o Estado brasileiro deveria adotar nos próximos cinco anos, para a implementação de um projeto de nação mais justo e sustentável. De forma inovadora e disruptiva, o CDESS, em todas suas comissões temáticas, se colocou a pensar de forma intencional o presente e o futuro do país, a partir de uma perspectiva ampla e qualificada que o corpo de conselheiros representa.

No caso da CAE, as discussões dos Pilares trouxeram questões centrais como justiça tributária, desenvolvimento sustentável, correção das distorções fiscais e outros. Seguindo as estratégias dos Pilares, as iniciativas de articulação e ações concretas empreendidas no semestre dialogam principalmente com os seguintes pilares:

- I.** Prosperidade econômica com justiça social: as ações relacionadas ao fim da escala 6x1, à tarifa zero no transporte público e ao desenvolvimento do índice de prosperidade ampliam direitos trabalhistas, reduzem desigualdades e estabelecem novas métricas para uma economia mais justa;
- II.** Crescimento verde e transição energética: a elaboração das sugestões para o Mapa do Caminho fora dos fosséis e a finalização do portfólio de investimentos sustentáveis ancoram a política econômica na descarbonização e no fomento a projetos sustentáveis; e
- III.** Estado eficiente e democrático: ao propor discussões para um orçamento público favorável ao crescimento justo, a Comissão contribui para fortalecer a governança fiscal e a transparência dos gastos públicos.

Articulação transversal: a comissão integrou debates com outras áreas, como direitos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e tecnologia, reforçando a visão holística do Projeto de Nação.

Os principais pontos apresentados estão refletidos a seguir:

- i. Os trabalhadores mais afetados pela redução da jornada tendem a ser os mais vulneráveis no mercado formal;
- ii. Foram analisadas diferenças entre setores e a capacidade de absorção dos impactos pelas empresas;
- iii. O estudo utilizou dados administrativos (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) para avaliar jornada, custo do trabalho e estrutura produtiva;
- iv. Há evidências de que existe margem para redução da jornada, especialmente em contextos de menor poder de barganha dos trabalhadores;
- v. Impacto no emprego: Experiências passadas (como a de 1988 no Brasil) e em outros países mostram que a redução não gerou aumento do desemprego ou da informalidade no curto prazo;
- vi. Perfil dos afetados: Os trabalhadores que hoje cumprem 44h são, em maioria, pessoas com menor escolaridade, baixa remuneração e alta rotatividade; e
- vii. Custos para as empresas: O aumento médio no custo da hora trabalhada seria de cerca de 7,8% (para 40h). Setores como vigilância teriam maior impacto (6,6%), enquanto outros como comércio atacadista teriam impacto mínimo (0,4%). Empresas de pequeno porte são as que mais possuem vínculos de 44h.

Em 23 de abril, a CAE recebeu a Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que apresentou aos conselheiros o Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, o qual representa uma das mais relevantes iniciativas de integração econômica e cooperação internacional das últimas décadas, reunindo mercados estratégicos e ampliando oportunidades de comércio, investimentos e desenvolvimento sustentável.

Segundo os estudos apresentados pelo MDIC, a implementação do acordo deve produzir efeitos positivos sobre o PIB, os salários reais e o fluxo comercial entre os blocos, com destaque para o crescimento das exportações industriais brasileiras. A secretária ressaltou ainda que a União Europeia já representa um parceiro relevante para o comércio exterior brasileiro, tanto na área de bens quanto de serviços, sendo destino de parcela significativa das empresas exportadoras nacionais e contribuindo para a geração de milhões de empregos associados às exportações.

Foi enfatizado que o acordo não representa uma abertura comercial abrupta, mas sim um processo gradual, planejado e acompanhado de mecanismos de proteção e adaptação para a indústria nacional. Destacou-se que o governo brasileiro renegociou pontos considerados sensíveis do pré-acordo firmado em 2019, incorporando preocupações relacionadas à política industrial, ao SUS, à preservação de instrumentos de compras governamentais, à proteção de setores estratégicos e ao combate ao chamado "protecionismo verde".

A secretária também destacou a dimensão política, estratégica e geopolítica do acordo, afirmando que ele inaugura uma nova etapa na inserção internacional do Mercosul. Segundo ela, além da ampliação do comércio, o acordo fortalece a cooperação entre os blocos e cria oportunidades para modernização produtiva, inovação tecnológica e inserção de pequenas empresas brasileiras no mercado europeu. Nesse contexto, o governo federal vem estruturando iniciativas de monitoramento, apoio à adaptação produtiva e disseminação de informações para garantir que os benefícios do acordo sejam efetivamente aproveitados pelo setor produtivo e pela sociedade brasileira.

Os dois encontros mencionados, sobre o fim da escala 6x1, com o IPEA, e sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, com o MDIC, foram idealizados pelos conselheiros e conselheiras da CAE e promoveram discussões qualificadas, plurais e extremamente enriquecedoras, contribuindo para ampliar a compreensão de temas centrais para o desenvolvimento econômico e social do país.



5. Entregas e Agendas

No primeiro semestre de 2026 a CAE consolidou entregas e agendas que dialogam com compromissos assumidos nas plenárias anteriores do CDESS, bem como com a articulação e construção realizada pelos Pilares de um Projeto de Nação. Destacam-se:

I. Documento de recomendações para o Mapa do Caminho Global fora dos fosséis: entrega de documento de recomendações à Presidência da COP30 por um grupo de conselheiros e conselheiras especialistas no assunto. Este documento estabelece princípios para a transição energética justa e servirá de base para as recomendações ao mapa doméstico que está em discussão no CDESS. A construção foi executada conjuntamente com a CMADS.

II. Diálogo com os setores empresariais sobre o fim da escala 6x1 e documento com medidas mitigatórias: a CAE realizou conversas com mais de 13 setores empresariais sobre o fim da escala 6x1. Esses diálogos tiveram como objetivo mapear a percepção desses setores sobre a redução da jornada de trabalho, bem como qualificar eventuais políticas mitigatórias que o governo poderia adotar para minimizar possíveis impactos causados pela adaptação à nova jornada de trabalho. O fim dos diálogos culminou em um relatório com as conclusões e recomendações por conselheiro e por setor empresarial a ser apresentado para o governo brasileiro nas discussões que forem pertinentes.

III. Articulação com o IBGE e IPEA para o Índice de Prosperidade: após uma ampla rodada de diálogo com IPEA e IBGE, formulamos o plano de trabalho para desenvolver um índice complementar ao PIB que incorpore variáveis ambientais e sociais, considerando as discussões globais feitas sobre o assunto. O objetivo é construir um Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições para o início dos trabalhos e alavancar a discussão do Brasil no assunto.

IV. Acompanhamento do Marco Legal e propostas de tarifa zero no transporte público: a Comissão acompanhou e construiu diálogos e propostas sobre a tarifa zero no transporte público. Foi realizada uma ampla articulação, que incluiu Secretaria Geral da Presidência, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais. O processo resultou em um desenho de política nacional de gratuidade no transporte público apresentada aos órgãos competentes, bem como na articulação para a aprovação e sensibilização pelo Marco Legal do Transporte Público.



6 Considerações ■ Finais

O balanço do primeiro semestre de 2026 demonstra que a Comissão de Assuntos Econômicos atuou de forma estruturante na construção de políticas para um desenvolvimento justo e sustentável. A centralidade do tema econômico, abrangendo direitos trabalhistas, justiça fiscal, transição energética e indicadores de prosperidade, conecta a CAE aos pilares do Projeto de Nação e reforça a dimensão estratégica do órgão. Entre os desafios para o segundo semestre estão a aprovação do projeto de lei sobre a escala 6×1, a consolidação do mapa doméstico fora dos fosséis, a ampliação do financiamento ao transporte público e implementação do Marco Legal, bem como o início da discussão para o Índice de Prosperidade. O êxito desses processos dependerá da continuidade do diálogo com o governo, o Congresso e a sociedade civil, bem como do fortalecimento da articulação interministerial.




Ficha Técnica

Coordenador:

Giancarlo Moreira Gama

Conselheiros Inscritos:

Adriana Barbosa, Adriana Marcolino, Alcielle dos Santos, Alessandra França, Andrea Mustafa, Antonio Neto, Atilio Rulli, Bruno Sindona, Carlos Luque, Chieko Aoki, Claudio Medeiros, Cristina Pinho, Daniel Stieler, Dirlene Silva, Divanir Higino, Duda Franklin, Elaine Nascimento, Elbia Gannoum, Emerson Kapaz, Enilson Moura, Fayda Belo, Fernanda Delgado, Fernanda Garibaldi, Fernanda Ribeiro, Francis Bogossian, Francisco Gomes Neto, Giamundo Neto, Gino Paulucci, Gustavo Werneck, Hélio Rotenberg, Igor Calvet, Jandaraci Araújo, Janete Vaz, Jeanine Pires, João Carlos Nogueira, José Carlos Martins, José Pugas, José Rodrigues (Doutor da Borracha), José Vicente, Joseph Couri, Juvandia Moreira, Laura Carvalho, Loricardo de Oliveira, Lourenço Bustani, Lucas Monteiro de Souza, Luis Pogetti, Luisa Santiago, Luiz Carlos Trabuco, Luiz Felipe Guerra, Mahatma dos Santos, Mais Moreno, Manoel Damasceno, Marcel Fukayama, Marcelo de Godoy Oliveira, Marcelo Moraes, Marcelo Vieira, Márcio Lopes de Freitas, Marco Aurélio de Carvalho, Marcos Almeida, Mônica Veloso, Nath Finanças, Nayana Rizzo Sampaio, Neiva Ribeiro, Nelson Mussolini, Nina Silva, Paulo Feldmann, Pedro Rossi, Pedro Wongtschowski, Philip Yang, Phillippe Rubini, Priscila Pamela, Priscilla Nasrallah, Rafael Ceconello, Rafael Lucchesi, Ricardo Alban, Ricardo Sennes, Rodrigo Navarro, Rodrigo Sauaia, Romildo da Costa, Rosa Negra, Rosilda Prates, Sandro Westphal, Sergio Butka, Sergio Luiz Leite, Tania Bacelar de Araújo, Úrsula Peres, Vander Costa, Vânia Marques Pinto, Venilton Tadini, Vera Lúcia Travain e Viviana Santiago.



6 | Atuação Internacional

1. Atuação Internacional CDESS - 1º SEMESTRE DE 2026

Em 2026, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) iniciou sua atuação internacional alinhada às intensas atividades desenvolvidas ao longo de 2025, como as iniciativas realizadas na COP30, a entrada no Conselho de Administração da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), na Rede Ibero-Americana de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (RICESIS) e as atividades preparatórias para a 10ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia.

Além dessas agendas, o CDESS avançou neste primeiro semestre com o diálogo birregional sobre políticas econômicas e sociais, desenvolvimento sustentável e governança democrática, com países como Espanha, Coreia do Sul e Ruanda. Essas parcerias fortalecem a interlocução institucional com os Conselhos congêneres e promovem debates qualificados, ampliando a contribuição da sociedade civil organizada para a agenda bilateral e reforçando o papel do CDESS como canal de diplomacia civil institucional e social.

No final de janeiro de 2026, o CDESS deu continuidade à sua agenda externa com a participação na Reunião do Conselho de Administração da AICESIS, em Tessalônica, na Grécia. Destaque para a inclusão do CDESS nos grupos de trabalho (GT) que levarão contribuições ao Fórum Político de Alto Nível (HLPF), entre os dias 7 e 15 de julho, organizado pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC/ONU), bem como à 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, entre os dias 1º e 12 de junho, sob organização da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil participa desses Grupos de Trabalho junto com Marrocos, Costa do Marfim, Mali, Espanha e Luxemburgo.



Reunião do Conselho de Administração da AICESIS, Tessalônica (Grécia), janeiro de 2026

6. Atuação Internacional

No mês seguinte, entre os dias 23 e 27 de fevereiro, o CDESS participou da 10ª Mesa Redonda com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), com a presença de 12 Conselheiros(as) que representam os grupos do trabalho, dos empregadores e do terceiro setor, e com a participação especial da representante da Diretoria-Executiva de Inovação, Negócios e Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Bruxelas. Ao final do evento, foi assinada a Declaração Conjunta com o objetivo principal de acelerar a implementação do Acordo Mercosul-União Europeia, além de fortalecer entendimentos e traçar encaminhamentos sobre temas como (i) defesa da democracia, dos direitos humanos e do letramento digital, (ii) mercado de trabalho frente às inovações tecnológicas e IA e (iii) sustentabilidade e ação climática pós-COP30.



10ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, Bruxelas, fevereiro de 2026

Em março, o CDESS designou Conselheiras e Conselheiros para integrarem a representação da sociedade civil brasileira junto ao Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul (FCES). Entre suas atribuições, o órgão tem a função de acompanhar, analisar e avaliar o impacto socioeconômico das políticas voltadas ao processo de integração entre os Estados-membros, bem como as respectivas fases de implementação nos âmbitos setorial, nacional, regional e internacional. Atualmente, a coordenação da seção brasileira do FCES está sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O tema da transição demográfica também esteve presente na agenda do CDESS no primeiro semestre de 2026. No dia 25 de março, a convite da AICESIS, o Conselho participou do webinar internacional "Transições Justas em um Panorama de Mudança Demográfica", quando foram apresentados desafios atuais do mundo do trabalho que impactam o futuro da seguridade social, como a "pejotização" da economia e a "plataformização" das relações trabalhistas em alguns setores, como transportes e entregas e mercadorias. Ao mesmo tempo, foram debatidas soluções como (i) a necessidade de maior regulação a fim de evitar a precarização acelerada das relações trabalhistas, (ii) a busca por equilíbrio no pagamento das aposentadorias atuais (regime de repartição), enquanto novas alternativas são formuladas para assegurar a sustentabilidade da previdência social nas próximas décadas e (iii) a realização de reformas que permitam a combinação de aposentadoria parcial com trabalho em tempo reduzido, mantendo o capital intelectual dos mais velhos na economia sem bloquear a entrada dos jovens.

Entre os dias 19 e 21 de maio, o Conselhão foi a Montevideu para o Encontro Interconecta - Programa de Conhecimento e Inovação para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, organizado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) em parceria com o Conselho Econômico e Social da Espanha, para debater temas como justiça social, integração econômica da América Latina e defesa da democracia e dos direitos humanos. O Conselhão esteve representado por dois Conselheiros e por dois servidores que levaram ao evento visões amplamente discutidas em fóruns internacionais e nas Comissões Temáticas.

Durante o Interconecta também foram realizadas reuniões com membros da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares da América Latina e Caribe (CESISALC) e da RICESIS, quando foram realizadas agendas bilaterais, como a do CDESS com o CES da Espanha, e alinhadas as linhas de atuação das duas redes até o final de 2026, com foco em justiça social, transição justa e defesa da democracia.

6. Atuação Internacional



Encontro Interconecta, Montevidéu, maio de 2026

Com essa agenda estruturada e crescente presença internacional em 2026, em sequência à agenda de priorização das relações com Conselhos Econômicos e Sociais (CES) fortalecida em 2025 em fóruns multilaterais e espaços de parcerias bilaterais, o CDESS reafirma seu papel como agente ativo de cooperação internacional e como plataforma de convergência para proposições que contribuam para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil, em diálogo permanente com o mundo, afirmando-se como fórum plural de diálogo e instância qualificada de formulação de propostas para o desenvolvimento nacional com projeção global, de modo transversal à agenda das Comissões Temáticas do Conselho.

Supervisor de Relações Internacionais: Bruno de Vasconcelos Araujo





Secretaria de Relações Institucionais

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado

José Guimarães

Secretário-Executivo

Marcelo Costa

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretária-Executiva

Raimunda Monteiro

Diretora de Programa

Maria Alice Vieira

Coordenador-Geral de Agenda

Bruno de Vasconcelos Araujo

Coordenadora de Gestão Interna

Raissa Karen Carvalho

Gerentes de projeto

Cristina dos S. Caetano

Giancarlo Gama

Glenda Cristine Corrêa

João Vitor Salgado

Juliana Gaspar

Lucas Carames

Roseli Teixeira Alves

Rosangela Hilário

Equipe Técnica

Iolanda Lopes Carneiro

Regiani Cristina Ribeiro

Lucinete Lima

Lígia Valadão

Valéria Barcellos

Alberto Lourenço

Pedro Tomaz

Marcos Aurélio Santos de Souza

Estagiários

Daniele Ferreira

Lucas Cancelli

Apoio

Nara Kohlsdorf

Nikolas Passos

Projeto Gráfico

Daniel Mascarenhas S. de Farias

Diagramação

Gustavo Cockell

